

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO





Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Içara
Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
2022

Dalvania Cardoso

Prefeita Municipal de Içara

Jandir Sorato

Vice-Prefeito Municipal de Içara

Rose Margareth Reynaud Mayr

Secretária Municipal de Educação

IÇARA

2022

Prefeita: Dalvania Cardoso
Vice-Prefeito: Jandir Sorato
Secretária Municipal de Educação: Rose Margareth Reynaud Mayr
Gerente Pedagógica Municipal de Educação: Elenice Alvim de Oliveira
Gerente Administrativo Municipal de Educação: Isac Recco do Nascimento

Capa:

DECOM - Departamento de Comunicação
da Prefeitura de Içara.

Edição, diagramação e arte final:

Patricia Thomazi Minotto
Thimoty Tereza Pereira

Roteirização e assessoria:

Pedro Paulo Baruffi - Senac
Vanessa Rudnick - Senac

Organização:

Comissão de elaboração do Projeto Político
Pedagógico do Município de Içara (Portaria
nº GP/1300/21, de 1º de julho de 2021)

Revisão de texto:

Elenice Alvim de Oliveira
Joyciane Vidal Gonçalves
Rose Margareth Reynaud Mayr

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

I15p Içara (SC). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de
Educação, Ciência e Tecnologia.

Projeto Político Pedagógico 2022 [recurso eletrônico] /
Prefeitura Municipal de Içara, Secretaria Municipal de
Educação, Ciência e Tecnologia ; [organização: Comissão de
elaboração do Projeto Político Pedagógico do Município de
Içara]. - Içara, SC: Secretaria Municipal de Educação,
Ciência e Tecnologia, 2022.

101 p.: il.

Modo de acesso: <<https://icara.sc.gov.br/>>.

1. Projeto Político Pedagógico - Içara (SC). 2.
Planejamento educacional - Içara (SC). 3. Planejamento
educacional. 4. Política e educação. 5. Escolas - Organização
e administração - Içara (SC). 6. Educação - Finalidades e
objetivos - Içara (SC). I. Título.

CDD - 22. ed. 371.207

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC.

APRESENTAÇÃO

Oferecer uma educação básica de qualidade é condição essencial quando a intenção é construir uma sociedade justa com igualdade e equidade a todos os cidadãos. Educação de qualidade implica em oferecer múltiplas e variadas oportunidades aos estudantes, promovendo o desenvolvimento de talentos, independente da classe social a que pertençam. Educação de qualidade amplia as possibilidades de escolha e oportuniza uma participação mais consistente na construção de um futuro individual e coletivo, com a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida.

Entretanto, para qualificar o trabalho da escola é necessário transformar as relações nela existentes e planejá-las de uma forma dialógica, envolvente e integrada na realidade dos seus docentes, gestores, funcionários, estudantes e comunidade escolar.

Com esses objetivos, iniciamos a construção do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Içara, assessorado pela equipe técnica SENAC e com participação representativa de todas as Unidades Educacionais. Foram dois semestres de trabalho na construção do texto norteador que servirá como balizador dos **Planos Estratégicos** das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Como afirmou Paulo Freire (1993) “o projeto é a marca da liberdade humana” de querer mudar e transformar a realidade “natural” e social existente; trata-se de vislumbrar um futuro ainda não existente, porém, desejado, pensado, planejado, e possível de tornar-se realidade a partir do trabalho com envolvimento e empenho de todos em torno de um projeto comum.

O presente projeto é uma obra ampla, um conjunto de intenções e ações que visam estabelecer um novo horizonte e a superação de dificuldades e obstáculos do presente para atingir metas definidas para curto, médio e longo prazo.

Para Veiga (1996) o projeto só é político pedagógico quando busca alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, não descritiva ou constitutiva, mas construtiva. Por isso, não se trata de qualquer intencionalidade,

mas da intencionalidade coletiva, amplamente debatida, num processo de reflexão.

Eco (1991) afirmou que eliminar a ideologia é uma atitude ideológica. O Projeto Político Pedagógico deve explicitar a concepção de ser humano e de sociedade desejável e as tarefas a executar para construir este cidadão e essa sociedade. Deve direcionar a ação consciente tendo em vista o futuro.

O Projeto Político Pedagógico é, em síntese, a bússola que nos direciona a superar as dificuldades do contexto/realidade atual, modificando a realidade pela razão/reflexão, emoção e ações cotidianas.

Por fim, nós trabalhadores da educação sabemos que não podemos ficar presos às “coisas já sabidas”, como disse Rubem Alves (1990) “O mestre sabe que todos os homens são seres alados por nascimento e, que só esquecem da vocação pelas alturas quando enfeitiçados pelo conhecimento das coisas já sabidas”.

Portanto, o centro de qualquer Projeto Político Pedagógico legítimo terá que ser o processo de formação do estudante nas suas múltiplas dimensões, incluindo o que é considerado essencial até as questões consideradas como de menor importância no processo ensino-aprendizagem.

Que no futuro o município de Içara retrate a intencionalidade educativa de hoje, ainda fruto dos nossos sonhos e esperança, em realidade concreta construída pelas ações cotidianas (individuais e coletivas) de todos, de forma proativa, persistente e criativa.

Rose Margareth Reynaud Mayr
Secretária Municipal de Educação
Gestão Municipal 2021 - 2024

PALAVRAS DA PREFEITA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que permite a revelação da identidade da Educação em Içara, da concepção do nosso território, do desenvolvimento, da informação, do respeito, da promoção e valorização da pessoa içarense e de seus sonhos.

Nossas escolas, nosso município e nossa comunidade educativa merecem ser bem orientados. É nosso desejo qualificar e fortalecer o trabalho político-pedagógico e favorecer o alicerce que merecem Educadores e demais profissionais que compõem nossa Rede. É nessa direção que apresentamos no Projeto Político Pedagógico os rumos que pretendemos seguir. O município de Içara cresce em todos os sentidos, mas é preciso que a qualidade de vida da população acompanhe este crescimento, e este trabalho é realizado prioritariamente, pela oferta de uma educação de qualidade, ou seja, da capacitação das pessoas. Como diz João Caraméz¹ “O planejamento só é ético quando visa um crescimento que possa se traduzir em melhor qualidade de vida coletiva, um cenário melhor para a vida de todos, e só é democrático quando procura incorporar todos os envolvidos no processo de planejar.”

Todos reconhecemos que a educação tem a nobre tarefa de preparar as novas gerações, mas para que possamos fazer bem esse papel enquanto gestores municipais é preciso planejar. O planejamento é a ferramenta que possibilita a organização de todos os passos necessários para que possamos alcançar os objetivos, ou seja, concretizar os nossos sonhos.

Dalvania Pereira Cardoso
Prefeita Municipal
Gestão 2021 - 2024

¹ João Carlos Caraméz (Itapevi, 29 de junho de 1951) é um professor e político brasileiro. Deputado Estadual em seu quinto mandato, também foi chefe da Casa Civil do Governo do Estado (2001/2002) e presidente da Comissão de Transportes e Comunicações, na Casa de Leis (2013/2014 e 2017/2018).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE IÇARA	12
2. PRESSUPOSTOS LEGAIS E DOCUMENTOS ORIENTADORES	13
2.1 REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	13
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	16
3.1 MATRÍCULA DOS ESTUDANTES	19
3.2 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	19
4. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	19
4.1 PRINCÍPIOS DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	23
4.1.1 Contribuições de Vygotsky	24
4.1.2 Contribuições de Piaget	26
4.1.3 Contribuições de Wallon.....	29
4.1.4 Contribuições de Reuven Feuerstein	31
4.1.4.1 Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM).....	32
4.1.4.2 A Mediação Proposta por Feuerstein e a Escola	34
5. FUNDAMENTOS E ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL	35
5.1 CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS.....	35
5.2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - EDH	37
5.3 MANIFESTAÇÕES E AGENTES CULTURAIS.....	38
6. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IÇARA	39
6.1 DIREITOS DE APRENDIZAGEM	41
6.2 OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA.....	42
7. ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS.....	45
7.1 CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	46
7.2 ANOS INICIAIS.....	47
7. 2. 1 Língua Inglesa	50
7. 3 ANOS FINAIS	50
8. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IÇARA.....	52

8.1 ORGANIZAÇÃO E CURRÍCULO - EJA.....	53
9. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	54
9.1 SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	56
9.2 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO	57
9.3 NÚCLEO DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS.....	57
10. AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO	58
10.1 DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	58
10.2 DA AVALIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	59
10.3 DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60
10.4 DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	61
10.5 DA AVALIAÇÃO INTERNA MUNICIPAL	61
10.6 DA AVALIAÇÃO EXTERNA	62
11. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO	62
11.1 GESTÃO ESCOLAR	62
11.2 GRÊMIO ESTUDANTIL.....	63
11.3 CONSELHO ESCOLAR	64
11.4 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES (APP).....	65
11.5 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	66
12. PROJETOS E PROGRAMAS MUNICIPAIS	68
12.1 PROGRAMAS INTERNOS.....	68
12.2 PROGRAMAS EXTERNOS.....	69
12.3 PROJETOS	71
13. FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE	73
13.1 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	73
13.2 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS	74
13.3 FORMAÇÃO CONTINUADA	74
13.3.1 Formações Gerais	75
13.3.2 Formações Específicas	75
13.3.3 Formação de Gestores	76
13.3.4 Formação para Auxiliares de Serviços Gerais	76

13.3.5 Formação para Motoristas e Monitores de Transporte Escolar	76
13.3.6 Formação Tecnológica Informação – Curso de Rede de Computadores	77
14. FONTES DE RECURSOS E PROGRAMAS FEDERAIS	77
14.1 NOVO FUNDEB	77
14.2 SALÁRIO EDUCAÇÃO	78
14.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	78
14.4 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	79
14.5 PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)	79
14.6 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD).....	80
14.7 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	80
14.8 PDDE INTERATIVO	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS.....	92

INTRODUÇÃO

A educação possibilita a perspectiva de um país melhor, por conta disso é importante lembrar nas palavras de Lewis Carroll “Se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve”. A educação de qualidade garante um futuro mais promissor, porém esse percurso precisa ser construído coletivamente com a participação efetiva da escola, da família e da comunidade.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é a ferramenta educacional de gestão e de planejamento que define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ecológico. É um documento que constitui as ações educativas, a organização curricular, subsidia a elaboração dos **Planos Estratégicos (PE)** das Unidades Educacionais, indica a direção do trabalho coletivo, estabelece e orienta objetivos e as práticas educacionais.

Na construção do Projeto Político Pedagógico da Rede Municipal de Ensino de Içara foi possível compreender o valor e a importância de estruturar os fazeres e saberes e, ainda, a importância em dar a base organizacional às Unidades Educacionais da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, da Educação Especial à Educação de Jovens e Adultos.

E assim, após momentos de trocas – experiências, informações, pesquisas, análises, estudos de diversas literaturas, artigos científicos recentes, documentos oficiais, normas e resoluções – a comissão, representativa de todas as Unidades Educacionais, constituída por profissionais da educação, fundamentou a produção do Projeto Político Pedagógico (PPP) na troca dos saberes e na democracia. A intenção, a partir desse documento, é respaldar o princípio de que não se faz educação sozinho.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) orientará as ações educacionais da equipe da Secretaria de Educação, dos colaboradores administrativos, das equipes diretivas e professores das unidades educacionais, dos estudantes, das famílias, do Conselho Municipal de Educação, enfim, de toda a comunidade educacional do município. Este projeto não é uma obra pronta e acabada, ele deve ser discutido e reavaliado constantemente, em um processo democrático de decisões, superando conflitos na busca do objetivo maior: potencializar as competências desejadas e necessárias para os estudantes.

Esse trabalho consolida a necessidade do diálogo, da troca dos saberes e do exercício da democracia.

1. CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE IÇARA

O município de Içara, ao longo dos anos, já foi conhecido por outras denominações. Originalmente, a palavra "içara" deriva de "içaroba", nome indígena de uma palmeira nativa da região – também chamada como palmito – juçara, jiçara ou palmitreiro, cujo nome científico é *Euterpe Edulis*. Os indígenas da região remontam ao Homem dos Sambaquis, e mais recentemente, aos Carijós. Já por volta de 1770, a região indicava colonização luso-açoriana e africana, e em sequência, italiana, alemã e polonesa.

Em 1917, a região era conhecida como “Quilômetro 47”, ou “Km 47”, nome relacionado à demarcação da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. Posteriormente, foi denominado de Distrito de Aliatar, pertencente ao município de Araranguá, abrangendo toda a orla marítima. Tal nome deriva de um avião, que teria caído na Lagoa dos Esteves. Em 1944, o antigo Distrito de São Sebastião passou a se chamar de Distrito de Içara, agora pertencente à Criciúma. Em 1961, a Lei Estadual nº 796, regulamentada pelo Decreto nº 868, de 26 de dezembro, criou o Município de Içara, cuja instalação se efetivou em dezembro. Em 1º de janeiro de 2013, o município de Balneário Rincão é oficialmente instalado, sendo seu território desmembrado do município de Içara.

Presentemente, a população estimada de Içara, segundo o IBGE (2021), é de 58.055 habitantes, em um território de 228,928 km². O PIB per capita (IBGE, 2019) corresponde a R\$ 45.319,13.

Içara vem se fortalecendo economicamente com uma das principais cidades do sul catarinense. Na evolução do valor adicionado, que mede a soma de todas as riquezas do município, cresce em torno de 15% ao ano. Há uma dinâmica local muito forte e interessante. O município conta com indústrias, comércio e agricultura, fortalecendo a sustentação econômica. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é de 0,741. O Índice de GINI de 0,4153 mostra que o município de Içara vem diminuindo sua desigualdade. Atualmente, ocupa o 120º em incidência de pobreza, entre os 295 municípios catarinenses. A

expectativa de vida é de 77 anos e a mortalidade infantil vem sendo reduzida (SEBRAE, 2019).

Esses dados apresentados relacionam-se diretamente com a educação do município, tendo em vista que há um esforço contínuo de todos os setores em proporcionar desenvolvimento, buscando índices cada vez mais evoluídos para que os cidadãos içarenses estejam realizados e felizes.

Nesse sentido, a educação no município de Içara está preocupada em corresponder às demandas oferecendo uma escola pública de qualidade. No momento atual, mais de 80% dos estudantes do município frequentam as instituições de educação pública e mais de 57% estão matriculados na Rede Municipal de Ensino.

Os dados apresentados trazem ao setor público a responsabilidade de promover uma educação de qualidade, cada vez mais inclusiva, equitativa, que combata as desigualdades, oportunizando aos jovens condições de superação dos desafios do século XXI.

2. PRESSUPOSTOS LEGAIS E DOCUMENTOS ORIENTADORES

2.1 REDE MUNICIPAL DE ENSINO

O Sistema Municipal de Educação é um todo orgânico que compreende o conjunto das ações político administrativas, relações pedagógicas, leis e regulamentos, pessoas, estudantes, profissionais da educação, processos, currículos, órgãos normativos e executivos, instituições públicas, privadas e comunitárias, visando a garantia de uma educação de qualidade.

O Sistema Municipal de Educação de Içara foi instituído, obedecendo aos princípios constitucionais da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica Municipal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes para a Educação no Município de Içara, em colaboração com outros sistemas. Esta Lei disciplina a educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio de ensino, em instituições próprias, vinculando-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Içara (SMECT) administra oficialmente o Sistema Municipal de Educação, com assessoramento do Conselho Municipal de Educação (CME do Município de Içara), instituído pela Lei nº 1.048, de 17 de junho de 1994, sendo órgão consultivo, normativo, propositivo, mobilizador, fiscalizador e deliberativo, seguindo o disposto na Lei Municipal nº 1.758, de 15 de março de 2002.

A Educação do Município de Içara passa por um processo constante de progressão. Na história, galgou conquistas importantes, sempre inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade, no âmbito do Ensino Fundamental, o pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Essa evolução é marcada e registrada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que tem como principal objetivo medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Metas e índices dos Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Içara

Quadro 01 - Ideb Anos Iniciais

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Metas	4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	6.0	6.2	6.5
Resultados	4.6	5.6	6.4	6.5	6.3	6.8	6.9	---

Fonte: QEd, (2022).

Metas e índices dos Anos Finais da Rede Municipal de Ensino de Içara

Quadro 02 - Ideb Anos Finais

	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Metas	4.5	4.6	4.9	5.3	5.6	5.9	6.1	6.3
Resultados	4.5	4.9	5.2	5.0	5.6	5.7	5.8	---

Fonte: QEd, (2022).

Ao observar os dados da Rede Municipal de Ensino de Içara nos Anos Iniciais (1º ao 5º) mantém uma tradição de superação nos resultados diante das metas estipuladas, já nos Anos Finais (6º ao 9º) há metas a superar.

Em todo esse esforço para contribuir com amplo desenvolvimento da aprendizagem de milhares de crianças e jovens matriculados na Rede Municipal de Ensino de Içara dialogam com os seguintes objetivos das unidades educacionais de Ensino Fundamental do Município de Içara:

- I - ofertar uma educação inclusiva, equitativa e com qualidade social;
- II - desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores;
- III - garantir a permanência do aluno na escola;
- IV - assegurar aos que não concluíram o ensino fundamental na idade própria oportunidade de acesso ou continuidade de estudos por meio da educação de jovens e adultos;
- V - assegurar atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, por meio da matrícula nas classes comuns de ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- VI - fortalecer as formas de relação da escola com as famílias e a comunidade (IÇARA, 2021, s/p).

A educação escolar na Rede Municipal de Ensino de Içara compõe-se dos seguintes níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental de 9 anos e Educação de Jovens e Adultos – EJA. Ela abrange as diversas etapas do desenvolvimento das crianças e está organizada da seguinte forma:

Quadro 03 - Organização da Rede Municipal de Ensino de Içara e Público Alvo

Instituição	Público que atende
Centro de Educação Infantil “Creche” (CEI Creche)	Unidade Educacional destinada a oferecer Educação Infantil em período integral e/ou parcial para crianças de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos e 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.
Centro de Educação Infantil “Pré-Escolar” (CEI Pré-Escolar)	Unidade Educacional destinada a oferecer Educação Infantil em período integral e/ou parcial para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

Centro de Educação Infantil “Creche Unificada” (CEI Creche Unificada)	Unidade Educacional destinada a oferecer Educação Infantil em período integral e/ou parcial para crianças de 1 (um) ano e 6 (seis) meses a 3 (três) anos e 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.
Centro de Educação Infantil “Pré-Escolar Unificada” (CEI Pré-Escolar Unificada)	Unidade Educacional destinada a oferecer Educação Infantil em período integral e/ou parcial para crianças de 3 (três) a 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.
Escola Municipal de Ensino Fundamental I (EMEF)	Unidade Educacional destinada a oferecer Educação Básica para anos iniciais (1º ao 5º ano) para crianças de seis anos (completos até 31 de março) a 10 anos.
Escola Municipal de Ensino Fundamental II (EMEF)	Unidade Educacional destinada a oferecer Educação Básica para anos iniciais e anos finais (1º ao 9º ano) para crianças de seis anos (completos até 31 de março) a 14 anos.
Centro de Educacional de Jovens e Adultos de Içara (CEJA)	Unidade Educacional destinada a oferecer Educação Básica para jovens a partir de 15 (quinze) anos completos e adultos que não tenham iniciado ou concluído estudos relativos aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental em idade apropriada.

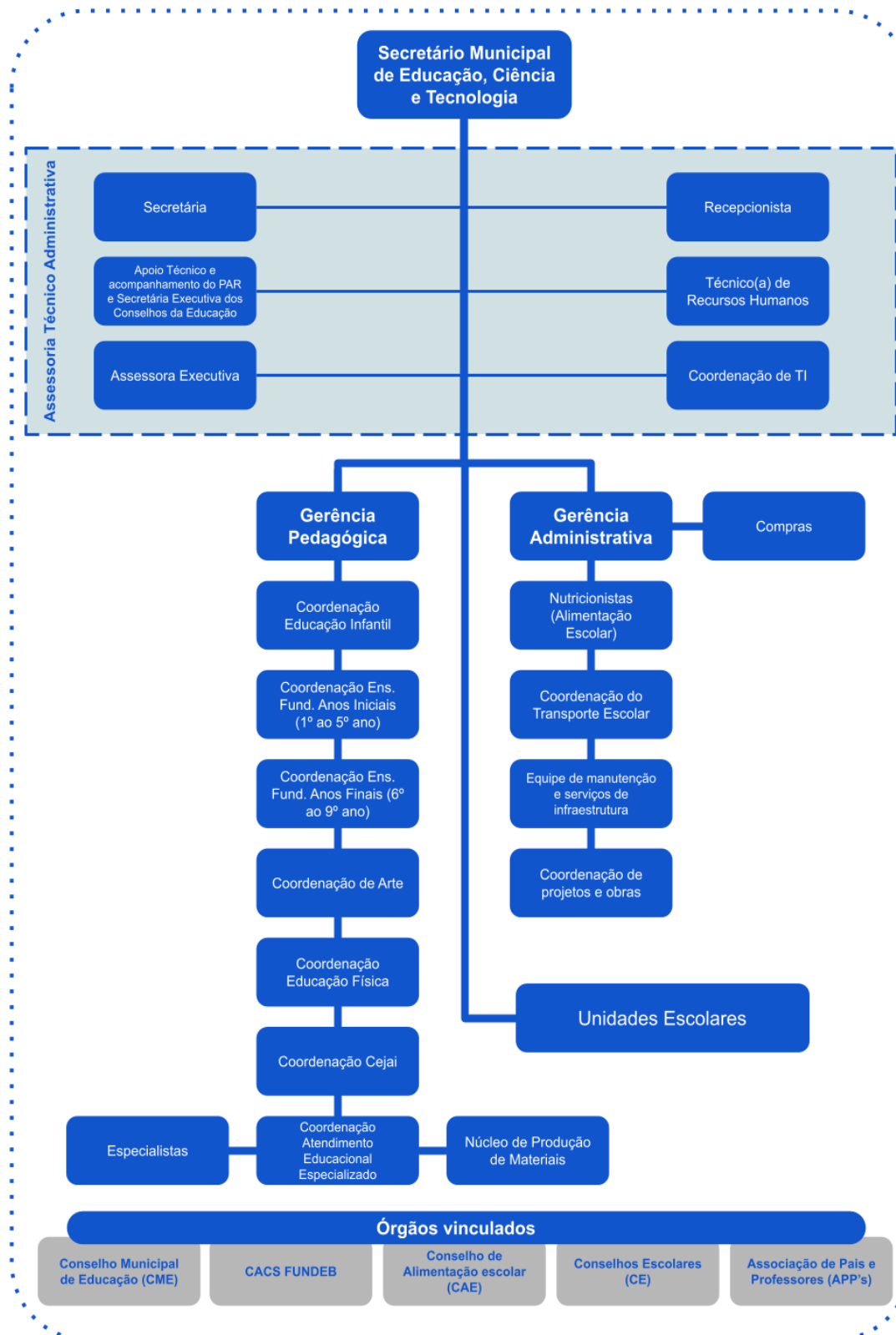
Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia (SMECT) do município de Içara tem como objetivo principal promover uma variedade de implementação e execução de diferentes políticas que mobilizem a estrutura da educação municipal nas diferentes etapas do ensino, comprometendo-se em garantir: a formação integral dos seus estudante; promover desde o processo de educar e cuidar até a alfabetização dos adultos; oportunizar parcerias com as diferentes entidades; mobilizar o desenvolvimento dos profissionais da educação e auxiliar os estudantes no alcance de seus objetivos.

A seguir, apresenta-se a estrutura organizacional da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia do Município de Içara (SMECT):

Organograma 01 - Organograma da Secretaria Municipal de Educação



Fonte: Equipe da SMECT, (2022).

A Rede Municipal de Ensino de Içara conta com 45 (quarenta e cinco) Unidades Educacionais, assim divididas: 31 (trinta e uma) unidades de Educação Infantil; 1 (uma) unidade de Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental I (de 1º ao 5º); 5 (cinco) unidades educacionais Fundamental II (de 6º ao 9º); 1 (uma) unidade de Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental (1º ao 9º); 6 (seis) escolas de Ensino Fundamental I com Anos Iniciais do (1º ao 5º); e um Centro de Educação de Jovens e Adultos.

Quadro 04 - Distribuição de Escolas e Centros de Educação infantil

Ensino Fundamental I 1º ao 5º	Ensino Fundamental 1º ao 9º
<ul style="list-style-type: none"> • EMEF HERCÍLIO SERAFIN • EMEF IGNÁCIO JOÃO MONTEIRO • EMEF JOSÉ FERNANDES SILVEIRA • EMEF LÚCIA DE LUCCA • EMEF PADRE PACÍFICO DAGOSTIM • EMEF THEOPHILO CASSEMIRO SILVEIRA 	<ul style="list-style-type: none"> • EMEF ÂNGELO ZANELATO • EMEF MARIA ARLETE BITENCOURT LODETTI • EMEF PAULO RIZZIERI • EMEF QUINTINO RIZZIERI • EMEF TRANQUILLO PISSETTI
Educação Infantil (Pré-Escola) Ensino Fundamental I 1º ao 5º	Educação Infantil (Pré-Escola) Ensino Fundamental II 1º ao 9º
<ul style="list-style-type: none"> • EMEF PROFESSORA MARIA BARCELOS PUZISKI 	<ul style="list-style-type: none"> • EMEF SÃO RAFAEL
Educação Infantil	
<ol style="list-style-type: none"> 1. CEI ANNA ESCARAVACO FERNANDES 2. CEI PEQUENO MUNDO 3. CEI APRENDENDO BRINCANDO 4. CEI CINDERELA 5. CEI PEQUENO POLEGAR 6. CEI CHAPEUZINHO VERMELHO 7. CEI ARCO-ÍRIS 8. CEI PEQUENO PRÍNCIPE 9. CEI PROFESSOR JOÃO DA ROCHA PORTO 10. CEI BEM-ME-QUER 11. CEI ZILDA ARNS NEUMANN 12. CEI ALEGRIA DO SABER 13. CEI FAVINHO DE MEL 14. CEI PARAÍSO DA MAMÃE 15. CEI GIRASSOL 	<ol style="list-style-type: none"> 16. CEI BRANCA DE NEVE 17. CEI CRIANÇA FELIZ 18. CEI AVENTURA DA CRIANÇA 19. CEI CANTINHO DO SORRISO 20. CEI MUNDO ENCANTADO 21. CEI REINO ENCANTADO 22. CEI MUNDO DA IMAGINAÇÃO 23. CEI PEDRO NOVACK 24. CEI CARROSSEL 25. CEI PRÍNCIPE ENCANTADO 26. CEI A MAGIA DO APRENDER 27. CEI BALÃO MÁGICO 28. CEI TEMPO FELIZ 29. CEI AQUARELA 30. CEI ALGODÃO DOCE 31. CEI SILVIA VIEIRA TEIXEIRA

Fonte: Equipe da SMECT, (2022).

3.1 MATRÍCULA DOS ESTUDANTES

As Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, para organização pedagógica e administrativa, orientar-se-ão pelos parâmetros contidos na Lei do Sistema, Lei Municipal nº 1.758, de 15 de março de 2002, e Regimento Unificado/2022. A matrícula é a vinculação do aluno à unidade educacional e será efetuada conforme o Regimento Unificado/2022 seguindo as diretrizes e o calendário fixados pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e a legislação vigente.

A matrícula compreende a rematrícula de estudantes já pertencentes à Unidade Educacional, admissão de estudantes novos e admissão por transferência. É responsabilidade da direção da Unidade Educacional, juntamente com comissão específica, divulgar o período e os critérios para a efetivação das matrículas².

3.2 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Os profissionais da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Içara atuam em cargos providos por meio de concurso público regidos pela Lei Municipal nº 1.522, de 27 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério), Lei Municipal 3.494, de 22 de outubro de 2014 (Plano de Cargos e Salários), Lei Complementar de nº 001/96 atualizada pela Lei Complementar 003, de 27 de dezembro de 1999 dos servidores municipais de Içara³.

As Unidades Educacionais de Ensino Fundamental e os Centros de Educação Infantil são administradas pelo diretor/gestor e podem contar com um auxiliar de direção⁴.

4. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

As discussões realizadas nos encontros pelos subgrupos da Comissão a

² Os dados são atualizados anualmente no Documento anexo ao Projeto Político Pedagógico (anexo 1).

³ A descrição dos cargos a que se refere este parágrafo estão contidas nos Documentos acima citados (anexo 2).

⁴ A descrição das atribuições e do Diretor e Auxiliar de Direção estão contidas no Regimento Único.

respeito da Missão e da Visão da Rede Municipal de Ensino de Içara culminou na seguinte síntese:

MISSÃO

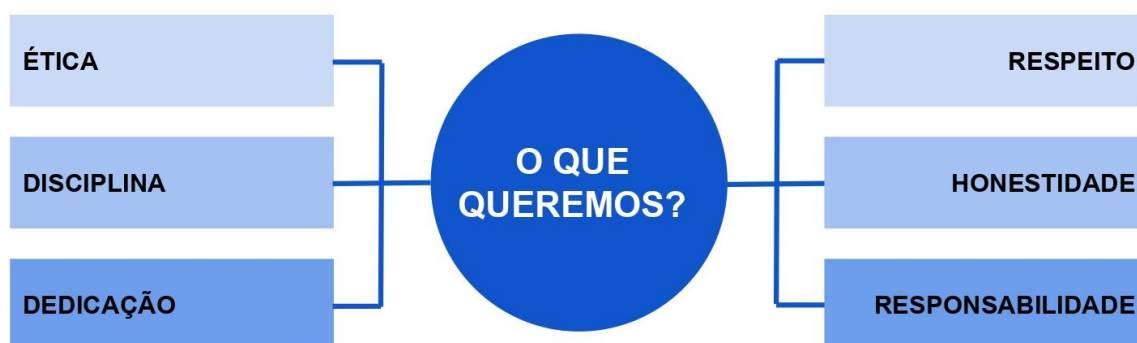
“ASSEGURAR EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA COM EQUIDADE, CONTRIBUINDO NA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES, PROTAGONISTAS DO SEU SABER, COM ÉTICA, AMOR E AÇÕES ALICERÇADAS NA SUSTENTABILIDADE PARA TRANSFORMAR VIDAS.”

VISÃO

“SER REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE QUALIDADE NO ESTADO DE SANTA CATARINA.”

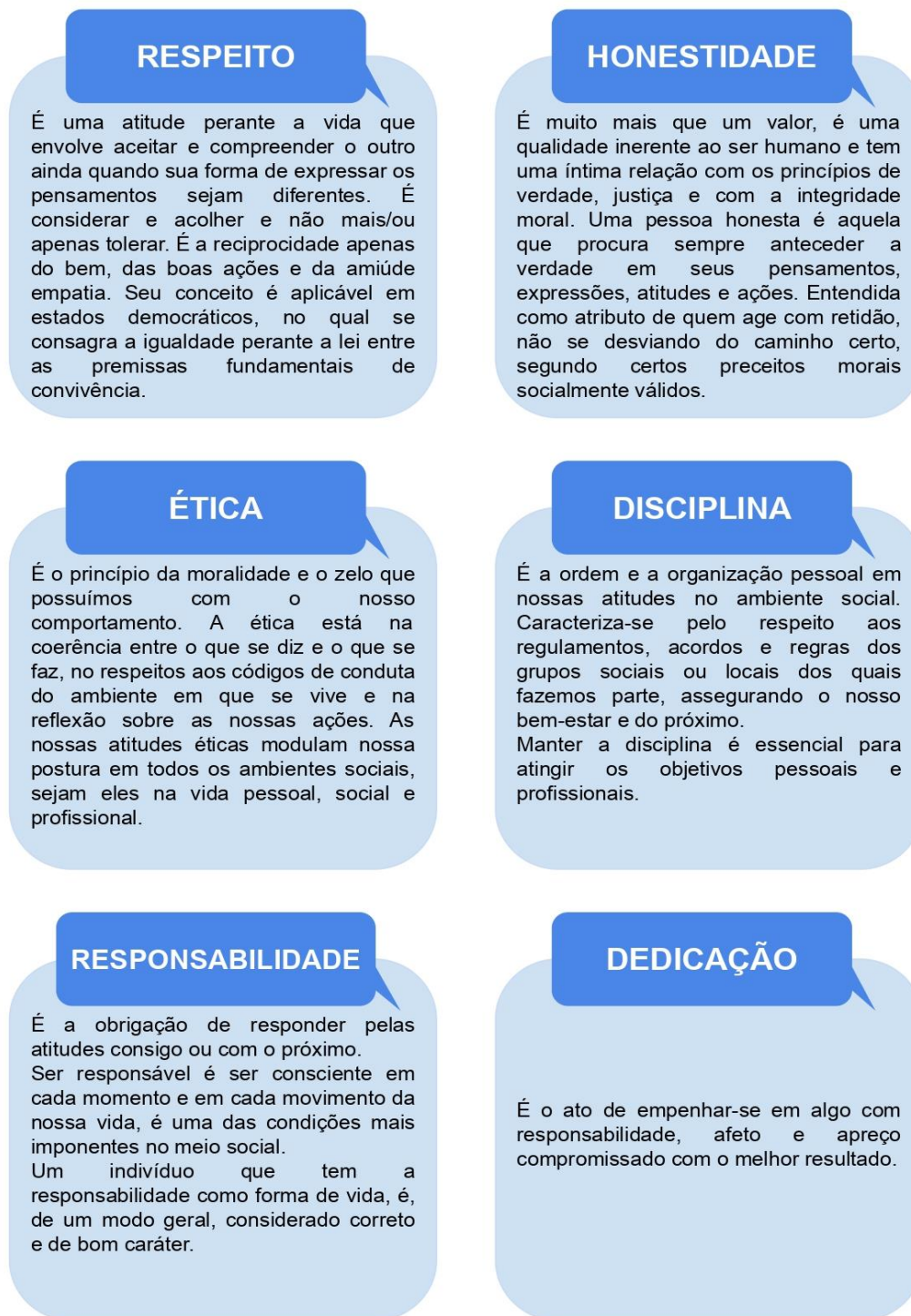
Um Projeto Político Pedagógico com grandes chances de sucesso consiste em incluir a educação de valores em seu currículo. É necessário capacitar cidadãos íntegros e moralmente comprometidos consigo mesmos e seus semelhantes, o que levará à formação de uma sociedade fraterna e justa, refletindo de maneira positiva na construção do próprio perfil interior do estudante. Exercendo sua função educadora e humanizadora, a escola deve efetivamente construir valores, formando um pensar crítico no estudante e capacitando-o a agir com desenvoltura e consciência ante os problemas da sociedade.

Com o propósito do marco operacional “O que queremos?”, a Rede Municipal de Ensino de Içara traçou o perfil do estudante içarense dentro dos seguintes valores:



Para a consolidação desses princípios, a Rede Municipal de Ensino de Içara organizou, refletiu e apresentou os seguintes conceitos para os valores determinados como segue na figura abaixo:

Figura 01 - Valores e conceitos da Rede Municipal de Ensino de Içara



Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

O objetivo da educação na escola pública é atingir a qualidade social para todos, garantindo de forma sistemática a apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade e contribuindo para o desenvolvimento integral do sujeito histórico. A escola é um espaço social privilegiado de construção do conhecimento, seja ele científico, histórico ou humano. Não há como crescer na dimensão cognitiva se não houver amadurecimento na relação com os outros e consigo mesmo.

O conhecimento só se constrói diante de desafios, e esses só se manifestam nas relações, principalmente, as sociais. Assim, percebe-se a necessidade dos valores no ensino e aprendizagem. Portanto, a educação baseada em valores promove a tolerância e o entendimento, prevalecendo sobre as diferenças étnicas, políticas, culturais e religiosas com ênfase especial na defesa dos direitos humanos, na proteção das minorias e dos grupos sociais mais vulneráveis, bem como na sustentabilidade.

Além dos valores já escolhidos pela Rede, pode-se elencar fatores-chave fundamentados no relatório da UNESCO elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI:

A educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes (DELORS, 1998, apud UNESCO, 2003, p.89).

Estes Pilares indicam o caminho para que os estudantes construam sua identidade. No cenário atual, as escolas têm procurado cada vez mais incorporar no processo de ensino a formação do caráter dos estudantes, estimulando o autodesenvolvimento e o senso crítico, pautada na educação baseada em valores:

- 1 - Capacidade de adaptação: os professores podem trabalhar com os alunos em sala de aula a ideia de flexibilidade. Dessa maneira os alunos são incentivados a perderem o medo das mudanças para se adaptarem mais facilmente a novos lugares e situações.
- 2 - Expansão do conhecimento: a curiosidade dos alunos deve ser estimulada a fim de que eles não percam o interesse de pesquisar sobre novos assuntos, aumentando seu repertório de conhecimento.
- 3 - Independência: os alunos devem ser estimulados para que tenham autonomia em suas realizações. Também devem ser incentivados a trabalharem suas ideias e opiniões próprias para que possam construir sua maneira de pensar.
- 4 - Empreendedorismo: durante as aulas, os professores podem estimular em seus alunos o pensamento de empreender uma ideia

realizável, incentivando que os estudantes criem projetos e sejam responsáveis por eles.

5 - Criatividade: o professor deve trabalhar a capacidade do aluno em elaborar soluções criativas para os problemas buscando meios alternativos e trabalhando com novas ideias.

6 - Espírito de equipe: o espírito de equipe tem ganhado destaque nas instituições de ensino. O aluno deve ser estimulado e ensinado a trabalhar em grupo cooperando com seus colegas e sabendo tolerar falhas, comportamentos e opiniões divergentes, sempre com respeito.

7 - Honestidade: trata-se de ensinar o estudante a ser transparente com os colegas de classe e com o professor, aspecto fundamental para o trabalho em equipe (FUNDAÇÃO SANTILLANA, 2016, s/p).

Contudo, o desenvolvimento humano não para aqui. Há outras potencialidades às quais as pessoas atribuem grande valor como a liberdade política, econômica e social, à possibilidade de exprimir a sua criatividade ou a sua capacidade de produzir, passando pela dignidade pessoal e o respeito pelos direitos humanos (DELORS, 1998, apud UNESCO, 2003).

Num mundo em mudança, em que um dos principais motores parece ser a inovação tanto social como econômica, deve ser dada importância especial à imaginação e à criatividade (DELORS, 1998, apud UNESCO, 2003, p. 100).

4.1 PRINCÍPIOS DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Quanto aos princípios pedagógicos que devem nortear o trabalho da Rede Municipal de Ensino, entende-se que uma única concepção teórica não fundamenta o processo complexo de ensino aprendizagem e suas relações. Para tanto, a partir das discussões realizadas pelos grupos, definiu-se fundamentar a prática educacional nos seguintes teóricos: Piaget, Vygotsky, Wallon e Feuerstein.

Tanto Piaget quanto Vygotsky estavam voltados a estudar a questão do desenvolvimento. Todavia, cada um focou em pontos diferentes, porém complementares no que tange a elaboração das estruturas mentais e formação de esquemas. Sendo assim, as duas concepções de aprendizagem trouxeram contribuições importantes à Educação, uma vez que é necessário levar em consideração a estrutura orgânica e também o pensamento lógico, o desenvolvimento motor, afetivo e social (MOLON, 1995).

Abaixo, destacamos pequenas sínteses que devem inspirar o professor a buscar o aprofundamento em novas leituras e discussões a partir da sua prática cotidiana – práxis.

4.1.1 Contribuições de Vygotsky

Vygotsky⁵, importante pensador em sua área e época, foi pioneiro no conceito de que o desenvolvimento humano e intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida, teoria conhecida como “Sociointeracionista”. As relações entre aprendizagem e desenvolvimento são aspectos muito importantes, pois para ele o desenvolvimento é promovido pela aprendizagem e a interação entre o meio e o indivíduo, essencial nesse processo.

A criança ao internalizar as ações/interações com o ambiente promove o desenvolvimento, um processo que acontece de fora para dentro. A cultura é uma das principais influências para que ocorra o desenvolvimento mental, indicando os caminhos e as peculiaridades da sua conexão com o mundo.

A escola é a primeira instituição depois da família que oferece estas vivências nas quais a criança poderá associar suas ações à concepção de mundo em que está inserida. Segundo Vygotsky, a criança necessita de atividades específicas que proporcionem o aprendizado e o desenvolvimento provocado por intermédio das experiências e interações a que foi submetida (estímulo externo). O professor é o propositor e mediador desse processo, por ser o mais experiente e planejar suas intervenções a partir dos objetivos⁶.

A teoria de Vygotsky aponta que a criança nasce com funções psicológicas elementares e com o aprendizado da cultura e as experiências adquiridas, tornando-se funções psicológicas superiores, transformando-se em comportamento consciente, a ação proposital, capacidade de planejamento e pensamento abstrato (VYGOTSKY, 1989).

A partir desses conceitos, Vygotsky apresenta como ocorre o processo de aprendizagem, destacando outros conceitos importantes: Zona de Desenvolvimento Potencial, Proximal e Real. A Zona de Desenvolvimento Real

⁵ Lev Semenovich Vygotsky nasceu em 1896 em Orsha, na Bielo-Rússia, país pertencente à antiga União Soviética e morreu de tuberculose em 1934, em Moscou. Sua família era judia e uma das mais cultas da cidade, o que permitiu que ele se dedicasse aos estudos. Com formação em Direito, atuou como professor e pesquisador em áreas como a Psicologia, Filosofia e Pedagogia. Com outros jovens formou um grupo buscando uma nova Psicologia na Rússia Pós-Revolução. Sua produção foi vasta, escreveu cerca de duzentos trabalhos científicos que foram importantes para pesquisas posteriores, pois tratam de temas como linguagem, educação, deficiência e neuropsicologia.

⁶ Podemos usar como exemplo uma criança que está com dificuldade para aprender a ler. O professor trabalha com ela a pronúncia das palavras e também o reconhecimento destas, através de textos e músicas que fazem parte do cotidiano, assim a criança é capaz de aprender a ler.

(ZDR) é o que a criança consegue executar sem intervenção do outro (sozinha); A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é aquilo que a criança não sabe executar sozinha, mas consegue executar com ajuda ou intervenção do outro, ou seja, é na Zona de Desenvolvimento Proximal que o professor deve intervir para promover uma aprendizagem satisfatória. A ideia é que a aprendizagem deve priorizar o que o aluno pode aprender a fazer sozinho no futuro, com base no que já consegue fazer com ajuda no presente, permitindo intervenções e possibilitando a promoção de transformações; a Zona de Desenvolvimento Potencial (ZDP) é o vir a ser, as múltiplas possibilidades que poderão ser descortinadas a partir da aprendizagem e do desenvolvimento contínuo (VYGOTSKY, 1987).

A primeira função é a linguagem – instrumento principal de representação simbólica para os seres humanos. A comunicação é sua função inicial e, posteriormente, a compreensão e a fala, que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento do pensamento e da interação social.

Inicialmente, o desenvolvimento da linguagem ocorre com a finalidade da comunicação. Exemplificamos com o choro dos bebês, bem como, os sons emitidos por animais, os quais partem do mesmo propósito (comunicação), mesmo que de forma primitiva e sem elaboração conceitual.

A segunda função é o “pensamento generalizante” definido como associação da linguagem ao pensamento. O uso da linguagem, nesse caso, acontece de forma mais elaborada e por meio de outros processos mentais superiores, o que nos difere das outras espécies. Ao chamar um pato de “pato”, a criança o agrupa na categoria dos patos, que não é um gato e nem um coelho. Na psicologia o significado das palavras é um conceito, que é um ato do pensamento, logo, o significado pode ser considerado um fenômeno do pensamento (VYGOTSKY, 1987).

A criança ao nascer não traz estruturada a relação entre pensamento e linguagem. Em um determinado momento do desenvolvimento da linguagem (primeira função) e o pensamento se unem, representando um importante avanço no funcionamento psicológico. Ao se encontrar em um ambiente falante, a criança recebe o estímulo externo que provoca um processo que ocorre de fora para dentro, denominado por Vygotsky de “fala socializada”, que é a fala da criança para os outros e com os outros.

O ponto de maior desenvolvimento desse processo é o “discurso interior”, quando o pensamento e a fala discursam num processo mental sem a necessidade de externar ou interagir com outras pessoas. A criança percebe o que acontece à sua volta e internaliza. Entre a “fala socializada” e o “discurso interior” há um outro fenômeno que segundo Vygotsky é a “fala egocêntrica”, quando a criança fala sozinha, (por volta dos 3 ou 4 anos de idade) e evidencia que a comunicação está sendo internalizada e tornando-se um suporte para ajudá-la a seguir um raciocínio e resolver problemas (VYGOTSKY, 1987).

É na escola que as crianças intensificam seu intercâmbio social e cultural por meio da intervenção planejada do professor e das interações com os pares que possibilitam ampliar e dar novos sentidos às palavras, enriquecendo as experiências.

Desde as fases iniciais do desenvolvimento infantil, o mundo simbólico é vivenciado a partir dos brinquedos e brincadeiras que auxiliam na construção das representações mentais e a relação linguagem e pensamento, promovendo o desenvolvimento a partir da interação com o meio social e cultural.

Vygotsky chama atenção para a importância dos professores, pois direcionar a aprendizagem é primordial no processo de construção do conhecimento. É de fundamental importância nesse processo usar diferentes estratégias, criar um ambiente colaborativo para que os estudantes construam seu conhecimento a partir da interação com os colegas, ampliar o diálogo com o professor, permitindo que se tornem independentes. Os jogos lúdicos e o brincar livre, desde que direcionados pela intenção do professor, permitem que a criança desenvolva a capacidade de tomar decisões, expressar sentimentos, conhecer a si e ao mundo, além de despertar a criatividade e solucionar desafios. Porém, é importante ressaltar que não há receita, cada estudante é um ser único e como tal precisa ser visto e valorizado, pois o homem é visto como um ser histórico em processo de construção permanente (REGO, 2001).

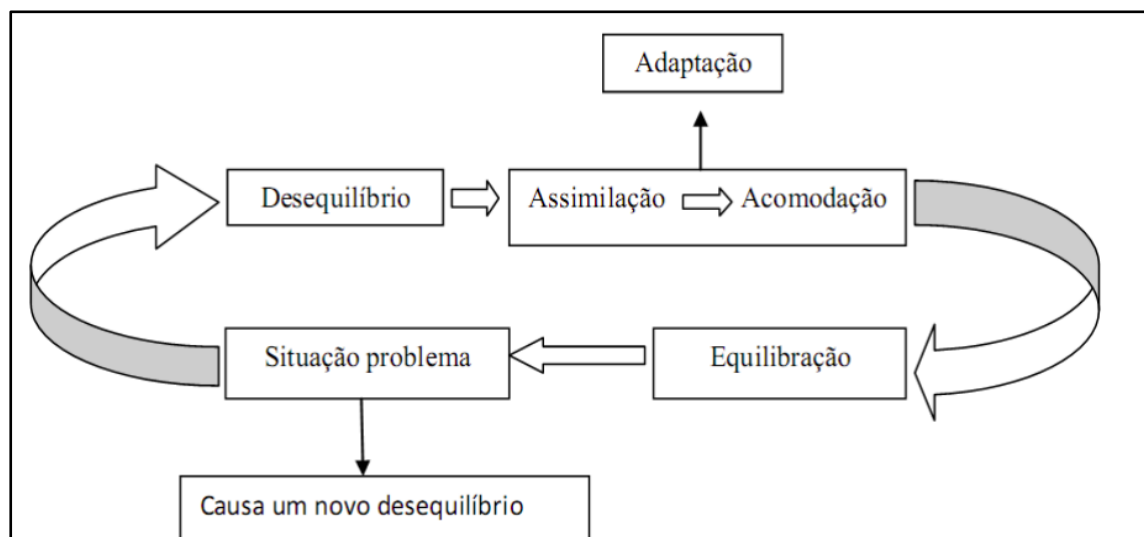
4.1.2 Contribuições de Piaget

Jean William Fritz Piaget, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX, propôs que o conhecimento é adquirido através da interação do indivíduo com o ambiente em que vive.

Sua teoria aplicada na prática tornou-se conhecida no meio educacional como “Construtivismo”, na qual o estudante deve ter centralidade no processo de aprendizagem, devendo ser estimulado a conquistar a sua independência, resolver problemas, elaborar hipóteses e levantar questões.

Piaget defende que a aprendizagem ocorre no processo de assimilação, acomodação e equilíbrio. A assimilação ocorre quando novas experiências ou informações são introduzidas na estrutura cognitiva da criança, não havendo modificação em suas estruturas mentais. Quando a criança modifica suas estruturas cognitivas para “enfrentar” o novo ocorre a acomodação, que traz a equilíbrio.

Figura 02 - Esquema de Assimilação de Piaget



Fonte: FERRACIOLI (1999).

Desta forma, a partir de estímulos promovidos pelos educadores, o aprendizado encontra terreno fértil para ser construído pelo estudante. A partir desta abordagem, o estudante possui um papel ativo – já que a produção de conhecimento acontece a partir dele e, por isso, exige maior participação do mesmo neste processo.

Ao observar o modelo tradicional de ensino, identifica-se uma metodologia na qual a relação entre o professor e o estudante é vertical: o professor é a figura que detém todo o conhecimento e o estudante tem o papel de assimilar o que é transmitido por ele sem questionamentos.

De forma contrária, o construtivismo preconiza uma relação menos determinista entre o professor e o aluno. O professor ocupa o papel de facilitador do aprendizado e a criança pode – e deve – formular questões e se expressar ao longo de todo o processo educativo, em uma relação mais próxima da horizontalidade.

Entre os mais importantes princípios da proposta construtivista estão:

- Entender o estudante como centro do processo de aprendizagem;
- Diferente das metodologias tradicionais, o ensino é percebido e realizado como um processo dinâmico;
- Durante o processo de aprendizagem, os níveis de desenvolvimento, conhecimento e amadurecimento de cada estudante devem ser considerados;
- O papel do professor vai muito além do mero transmissor de informações, ele cumpre o papel de facilitador e orienta o processo de aprendizagem;
- Na proposta construtivista a experiência de vida e os conhecimentos, anteriormente adquiridos pelo estudante, são de fundamental importância;
- O conhecimento não é entendido como uma versão exata da realidade e sim como uma construção do estudante;
- O professor coloca o estudante diante de situações que o direciona para a busca por soluções e, desta forma, para a construção do seu próprio conhecimento.

Jean Piaget trouxe grande contribuição sobre a construção da educação moral observando de forma minuciosa seus filhos e várias outras crianças e concluindo que estas, ao contrário do que se pensava na época, não pensam como os adultos: certas habilidades ainda não foram desenvolvidas.

Os valores morais, segundo Piaget, são construídos a partir da interação do sujeito com os diversos ambientes sociais e será durante a convivência diária, principalmente com o adulto, que a criança constrói seus valores, princípios e normas morais, podendo-se concluir que esse processo requer tempo.

Para que estas interações aconteçam há a ocorrência de processos de organização interna e adaptação e essa ocorre na interação de processos

denominados assimilação e acomodação. Os esquemas de assimilação se modificam de acordo com os estágios de desenvolvimento do indivíduo e consistem na tentativa destes em solucionar situações a partir de suas estruturas cognitivas e conhecimentos anteriores. Ao entrar em contato com a novidade, retiram dela informações consideradas relevantes e a partir disso, há uma modificação na estrutura mental antiga para dominar o novo objeto de conhecimento, gerando o que Piaget denomina acomodação. O desenvolvimento da moral abrange três fases, assim denominadas:

- Anomia (crianças até 5 anos): um bebê que chora até que seja alimentado é um exemplo dessa fase. As normas de conduta estão determinadas pelas necessidades básicas. Porém, quando as regras são obedecidas, são seguidas simplesmente pelo hábito e não por uma consciência do que é certo ou errado.
- Heteronomia (crianças até 9, 10 anos de idade): o certo é o cumprimento da regra e qualquer interpretação diferente desta não corresponde a uma atitude correta. Um homem pobre que roubou um alimento para alimentar seu filho pequeno está tão errado quanto um outro que assassinou a esposa, seguindo o raciocínio heteronômico.
- Autonomia: é a última fase do desenvolvimento da moral – a legitimação das regras. O respeito às regras é gerado por meio de acordos mútuos.

O professor sendo conhecedor de que as crianças e adolescentes seguem fases mais ou menos parecidas quanto ao desenvolvimento moral, cabe a ele compreender que há determinadas formas de lidar com diferentes situações e diferentes faixas etárias. Cabe, ainda, conduzir a criança na transição anomia – heteronomia, encaminhando-se naturalmente para a sua própria autonomia moral e intelectual (PIAGET,1994).

4.1.3 Contribuições de Wallon

Todas as atitudes humanas estão repletas de afeto e emoções que influenciam as decisões que são tomadas por toda a vida. Em um ambiente escolar, os professores não podem se limitar ao âmbito cognitivo sem considerar a relação afetiva na aprendizagem e no desenvolvimento da criança. Reconhecer

que as relações afetivas que ocorrem nos momentos de mediação estão em consonância com uma filosofia educacional mais humana que trata a criança como uma pessoa integral e permite que os momentos de aprendizagem não a dissociem de ser criança, ou seja, respeitando seus interesses e necessidades.

Estudiosos da teoria do desenvolvimento como Jean Piaget e Lev Vygotsky já apontaram a relevância da afetividade no processo de desenvolvimento. No entanto, foi o educador Henri Wallon⁷ que fundamentou o papel e a importância da afetividade para o desenvolvimento integral. Wallon traz grandes contribuições para o entendimento das relações entre educando e educador, além de situar a escola como um meio fundamental no desenvolvimento desses sujeitos. A noção de domínios funcionais "entre os quais vai se distribuir o estudo das etapas que a criança percorre serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa" (WALLON, 1995).

Wallon considera a "evolução dialética da personalidade" como uma construção progressiva, na qual se realiza a integração das duas principais funções: a afetividade – relacionada ao meio social, as relações "eu-outro", e a inteligência – relacionada ao conhecimento do mundo físico, à adaptação ao objeto. Essa evolução acontece em estágios específicos de aprendizagem, que se integram, resultando em um comportamento fundado na agregação e combinação.

O desenvolvimento para Wallon só se torna possível através da integração das três dimensões psíquicas: a motora, a afetiva e a cognitiva, exigindo uma conexão entre o equipamento orgânico do indivíduo para subsistir e conseguir construir seu ser – o corpo – com o ambiente e o meio social em que vive. Seu estudo identificou que a criança precisa do convívio social com adultos e com outras crianças para experimentar relações diferentes daqueles familiares, aprendendo a lidar com sentimentos relacionados, como por exemplo a aceitação, trabalho em grupo, superações de conflitos e frustrações. As crianças são construídas como seres participativos, inseridos em diferentes contextos socioculturais. Segundo Wallon,

⁷ Henri Paul Hyacinthe Wallon (1879 - 1962) foi um psicólogo, filósofo, médico e político francês. Tornou-se conhecido por seu trabalho científico sobre a Psicologia do Desenvolvimento.

a atração que a criança sente pelas pessoas que a rodeiam é uma das mais precoces e das mais poderosas. Essa atração é movida por uma das necessidades mais profundas do ser humano: estar com o outro para se humanizar (WALLON, 1975, p.82).

A Teoria da Afetividade de Wallon serve para questionar qualquer forma de ensino que não leve em consideração o caráter afetivo, social e político da educação, na qual “todas as crianças (sejam quais forem suas origens familiares, sociais, étnicas, etc.) tem direito igual ao desenvolvimento máximo de sua personalidade. Na teoria walloniana o ato motor é à base do pensamento e a emoção também é fonte de conhecimento. Dessa forma, para Wallon (1989) a falta de vínculos positivos do aprendente com o objeto de estudo cria barreiras para o desenvolvimento da inteligência, gerando baixa autoestima, além de passividade e acomodação diante da aprendizagem, sendo assim, faz-se necessário considerar o aluno em todas as suas dimensões motora, afetiva e cognitiva.

É relevante que a escola ofereça formação integral para os estudantes e que, a sala de aula não seja um espaço para estar apenas o corpo, mas também suas emoções, sentimentos e sensações. A afetividade é colocada em primeiro lugar, porque é através da emoção que o estudante faz a comunicação e o intercâmbio entre os indivíduos, possibilitando seu desenvolvimento pleno e formando sujeitos mais ativos, participativos, pensantes e independentes. O desafio do afeto é compartilhado entre todos os sujeitos no ambiente escolar.

Hoje, a Neurociência tem avançado em pesquisas científicas neste campo apontando para a relação entre aprendizagem, emoções e desenvolvimento cerebral indicando como o cérebro funciona e se desenvolve a partir de estímulos favoráveis à aprendizagem. Por exemplo, saber quais estímulos despertam a atenção, que dão lugar a emoção, pois sem esses dois fatores nenhuma aprendizagem ocorre (MORAES, 2004).

4.1.4 Contribuições de Reuven Feuerstein

Reuven Feuerstein⁸ foi um professor e psicólogo criador da Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural (MCE), da teoria da Experiência da

⁸ Reuven Feuerstein nasceu em Botosan, na Romênia (1921-2014). Logo cedo se mudou com a família para Israel. Já aos oito anos ensinava crianças israelitas a ler. Mais tarde foi estudar na Suíça, na Universidade de

Aprendizagem Mediada (EAM) e do Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI).

4.1.4.1 Experiência de Aprendizagem Mediada (EAM)

A EAM é o processo pelo qual a aprendizagem acontece a partir do posicionamento de outro ser humano, que se coloca entre o sujeito e o objeto de conhecimento, selecionando, interpretando e ampliando os objetos. Difere da aprendizagem pela qual o aprendiz interage diretamente com o objeto de conhecimento, sem necessariamente ter um mediador, na figura de um ser humano, voltado para a mediação.

Por meio de suas pesquisas, Feuerstein criou a chamada Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural (MCE). Segundo o próprio autor, a MCE pode ser compreendida como:

Uma concepção dinâmica da existência humana, na crença de que o organismo humano é dotado de plasticidade e flexibilidade e que a inteligência é dinâmica e modificável, construída a partir de múltiplos fatores gerais que podem ser relacionados a todos os comportamentos cognitivos (1991, apud BATTISTUZZO, 2009, p. 16).

O autor não estava falando apenas de modificação, pois todos os seres humanos, independentemente de mediação ou não, modificam-se, seja no plano físico, psicológico, emocional e/ou social. Ele estava falando de modificabilidade. No seu entendimento, primeiro trata-se do desenvolvimento físico, depois ao processo em que o sujeito modifica sua estrutura mental, ou seja, sua maneira de pensar e entender algo a partir de um novo conhecimento adquirido. A MCE “baseia-se na modificabilidade, na flexibilidade da estrutura cognitiva, e tem como um dos aportes conceituais centrais o pressuposto de que o ser humano é dotado de uma mente plástica, flexível, aberta a mudanças” (GOMES, 2002, p. 72).

Nessa perspectiva, o ser humano é sempre capaz de aprender, pois se encontra dotado de estruturas mentais que lhe dão condições para tal. O problema, então, reside no que Feuerstein veio a denominar de Privação Cultural, que nada mais é do que a falta da apropriação da própria cultura. É uma síndrome

Genebra, onde entrou em contato com a psicologia e foi aluno de Jean Piaget. Tornou-se professor e doutor em psicologia, porém, ao entrar em contato com as ideias de Vygotsky, optou por ser seu seguidor. Fundou o Centro Internacional para Melhoria do Potencial de Aprendizagem (ICELP), em Jerusalém, Israel. Sua teoria foi estudada e exportada para vários países.

na qual o indivíduo tem relegado o pleno contato com o seu meio, seu convívio social, ficando à margem de tudo ou de quase tudo que se produziu ao longo dos tempos em seu próprio ambiente e em sua volta. De acordo com Feuerstein (1991):

Privação cultural descreve os indivíduos que se tornaram alienados de sua própria cultura, produzida em um rompimento da transmissão cultural e de processos de mediação dentro do ambiente imediato do indivíduo. Note que nos referimos a um processo intrínseco inerente ao conceito de cultura propriamente dita, ao invés de uma cultura que priva seus membros, deste modo afetando negativamente suas capacidades cognitivas. De acordo com esta definição, o indivíduo é privado do input e da mediação disponíveis dentro de sua própria cultura. A cultura não gera privação, mas os indivíduos podem ser privados de sua cultura (apud BATTISTUZZO, 2009, p. 34).

Com base nessa teoria, os sujeitos deixam de aprender não por faltar-lhes capacidade ou por serem desprovidos de estruturas cognitivas suficientes ao aprender; e, sim, por falta ou oportunidade de acesso à cultura. Logo, a mediação, na perspectiva de Feuerstein, seria a chave para abrir as portas para a aprendizagem desses sujeitos. Essa seria a ponte entre o sujeito e o objeto de conhecimento por meio de outro indivíduo já provido dessa cultura.

Assim, a mediação pode ser definida “como a situação na qual o mediador interfere na ação com o propósito de direcionar a aprendizagem” (CENCI; COSTAS, 2012, p. 5). Na sua proposta, o autor desenvolveu critérios para que essa mediação aconteça, considerando não apenas uma interação da aprendizagem com um objeto de estudo, mas um processo revestido de normas e regras que se constituem em relação à aprendizagem. Isto é, um processo com início, meio e fim bem metódico.

A intencionalidade é toda ação que o mediador faça a fim de conquistar a aprendizagem do mediado, isto é, daquele que está aprendendo (FRANCK; NICHELE, 2012). Já a reciprocidade diz respeito a conquistar a confiança e o interesse do “mediador”, no “mediador” e na “mediação” (FRANCK; NICHELE, 2012).

A transcendência ocorre, segundo Battistuzzo (2009) *apud* Souza, Depresbiteris e Machado (2004), quando o “mediado” vai além do aqui e agora. “Quando ele é capaz de generalizar e aplicar princípios, conceitos ou estratégias em outras situações” (p. 22). Ainda de acordo com essa mesma autora, é “quando a parte altera o todo, quando há integração do novo ao conhecimento já existente,

permitindo uma visão sistêmica, não episódica da realidade, onde há causa e efeito, ação e consequência” (p. 22).

Já o significado “está relacionado com imprimir valor e energia à atividade ou objeto, tornando-a relevante para o mediado” (BATTISTUZZO, 2009, *apud* MENTIS, 1997, p.32). É, pois, o processo pelo qual o mediador buscará dar sentido àquilo que ensina ao mediado, de modo que esse se convença de que o objeto de aprendizagem tem valor e importância para si, para seu desenvolvimento cognitivo e para a sua vida.

Com esses três critérios, Feuerstein acreditava haver uma mediação capaz de levar o “mediado” a perceber a necessidade de aprender, aceitar a ajuda e estar apto para modificar-se cognitivamente. Incorporar, portanto, à sua estrutura mental novos conhecimentos, competências, habilidades e valores aos quais poderiam/deveriam levar para o resto da vida. Os demais critérios se somariam a esses, de acordo com o momento e necessidade de cada mediado.

4.1.4.2 A Mediação Proposta por Feuerstein e a Escola

Nos tempos atuais, de um lado, a escola interage com estudantes cada vez mais bem informados e conectados com este mundo da informação e do conhecimento. Por outro lado, muitos estudantes vivenciam problemas familiares, emocionais, sociais e cognitivos, dos mais variados diagnósticos e, muitas vezes, sem um determinado prognóstico.

Tal realidade tem causado na escola e em seus profissionais, sobretudo nos professores, a necessidade de buscar alternativas, de acordo com suas necessidades e especificidades desses discentes, a fim de garantir, pelo menos, um mínimo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo relevante ao longo do ano letivo.

Desse modo, a teoria da EAM pode ser uma alternativa interessante para lidar com essas questões cada dia mais presentes na instituição escolar. Isso porque a mediação tem a capacidade de criar vínculos entre mediador e “mediado”, capaz de identificar mais facilmente o problema do discente e intervir nessas questões, valendo-se dos critérios teóricos, de modo a obter um resultado significativo e mais rápido para ambas as partes no processo educativo escolar.

Toda prática de aprendizagem perpassa por uma, duas, ou várias correntes teóricas pelas quais quem ensina, conscientemente ou não, está se embasando e é por elas norteado. A proposta de mediação de Feuerstein é um modelo que leva a uma aprendizagem por meio da qual mediador e “mediado” estão o tempo todo estabelecendo novas conexões em suas estruturas cognitivas, bem como construindo vínculos.

A teoria da aprendizagem não só tem papel meritório, por tentar explicar ou mostrar que o ser humano é capaz de aprender de diversas maneiras, mas também permite ao professor ter noções de como o estudante aprende ou de que não há apenas uma forma de aprender, mas diversas, a fim de cumprir o seu papel: ensinar e mediar o conhecimento sistematizado, relevante para o estudante.

Todavia, nem sempre é fácil fundir uma nova teoria à prática quando se trata do conhecimento pedagógico. Assim, acaba prevalecendo, na maioria dos casos, a teoria mais sintética, mais conhecida e mais utilizada – a tradicional.

A abordagem desenvolvida por Feuerstein salienta não apenas que há outras possíveis maneiras de se aprender, como também aquele que não consegue aprender por um método, pode fazê-lo caso submetido a outros mecanismos, por exemplo, a EAM. Uma das suas grandes contribuições está no fato de apostar na capacidade de cada um em aprender como sujeito dotado de estruturas mentais com poder enorme para o seu desenvolvimento.

5. FUNDAMENTOS E ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL

5.1 CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA, CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, preconiza em seu artigo 26-A, que "nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena:

§ 1º o conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o

estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras" (BRASIL, 2008, s/p).

A sociedade brasileira é constituída por uma grande variedade de etnias resultantes do seu processo histórico de formação. Desta forma, desde seu início tornou-se uma sociedade marcada por desigualdades sociais, educacionais e econômicas, que com o passar dos tempos se acentuaram, prevalecendo até a atualidade, marcada também pelas questões étnicas (SILVA, 2012).

A educação não pode alienar-se diante dessa questão, pois a escola é um dos mais relevantes espaços para realizar a educação das crianças e dos adolescentes e de socialização do saber, visto que para muitas crianças ela será o único acesso ao conhecimento científico, reflexões filosóficas e de contato com atividades artísticas. "Cabe enfatizar que a escola não é neutra, por isso sua função específica é a de acompanhar as mudanças da sociedade atual e por isso deve ser questionada, criticada e modificada para enfrentar os novos desafios" (GASPARIN, 2003, p. 2).

Orientado pelo conceito de tempo e sujeito, o ensino e aprendizagem do conhecimento histórico no Ensino Fundamental assume uma série de objetivos que devem incluir: valorizar o patrimônio construído por diferentes grupos, compreendendo-os e respeitando-os quanto ao modo de vida; identificar o próprio grupo de convívio em diversos tempos; localizar eventos em diferentes momentos; reconhecer as mudanças e permanências questionando sua realidade; ler diferentes fontes e produzir registros.

Na Rede Municipal de Ensino de Içara os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar. Considera-se que as Leis nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e nº 11.645, de 10 de março de 2008, são afirmativas e reconhecem a escola como lugar de mudança, na qual se forma cidadãos e promove a valorização das matrizes culturais brasileiras.

5.2 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – EDH

A Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas como eixos fundamentais do direito à educação, referindo-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas pelos sistemas de ensino e suas instituições. Conforme o artigo 3º:

a Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012, s/p).

O desenvolvimento integral dos estudantes e suas potencialidades é alcançado, também, por meio da educação. Todos compreendem a amplitude e a complexidade que caracterizam a espécie humana, por isso considerar, respeitar e valorizar a diversidade de formas de ser, pensar e viver deve ser pressuposto ético central na prática educativa. Ao compreender a natureza humana em sua diversidade, alguns temas são centrais para a compreensão e efetivação dos direitos humanos, como a diversidade de gênero, o enfrentamento de preconceitos, a valorização de outras culturas, o meio ambiente (como direito das gerações presentes e futuras), a inclusão social, dentre outras que enfatizam o respeito.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), lançado em 2003, apoiado em documentos internacionais e nacionais, demarca a inserção do Estado brasileiro na história da afirmação dos direitos humanos. São objetivos balizadores do PNEDH conforme estabelecido no artigo 2º:

- a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana;
- c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos;
- d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito;
- e) construir, promover e manter a paz (PNEDH, 2007, s/p).

Ainda, o PNEDH visa favorecer a inclusão da educação em direitos humanos nos Projetos Político Pedagógicos e nos Planos Estratégicos Anuais das escolas, adotando as práticas pedagógicas democráticas presentes no cotidiano, bem como incentivar a elaboração de programas e projetos pedagógicos, em articulação com a rede de assistência e proteção social, tendo em vista prevenir e enfrentar as diversas formas de violência. Também dar apoio ao desenvolvimento de políticas públicas destinadas a promover e garantir a educação em direitos humanos às comunidades quilombolas e aos povos indígenas, às populações das áreas rurais e ribeirinhas, assegurando condições de ensino e aprendizagem adequadas e específicas aos educadores e educandos, além de estimular o fortalecimento dos Conselhos Escolares como potenciais agentes promotores da educação em direitos humanos no âmbito da escola (BRASIL, 2007).

A compreensão e significação dos Direitos Humanos (DH), como diretrizes que orientam os indivíduos na sociedade, implicam na vivência e convivência em ambientes que guiam suas práticas por meio de tais direitos. Por isso, não se trata de um objetivo a ser alcançado e sim de um caminho a ser trilhado, e/ou de um modo de vida. A construção de um ambiente escolar que proporciona simultaneamente conhecimento, respeito, valorização positiva e promoção dos DH se dá mediante a formulação de um projeto pensado, discutido e orientado para tais fins. Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico é o elemento central à consolidação da EDH nas escolas, na medida em que são projetos coletivos que expressam simultaneamente o que a escola é e aquilo que ela pretende ser (KLEIN, D'ÁGUA, 2015).

5.3 MANIFESTAÇÕES E AGENTES CULTURAIS

O município de Içara foi colonizado por povos vindos de diversos cantos, segundo Pavei (2021) “a população de Içara é formada predominantemente por descendentes europeus, em proporções aproximadas de 50% de origem portuguesa/açoriana, 40% de origem italiana, 8% de origem polonesa, 1% de negros e 1% de outras origens”, além dos indígenas que já utilizavam dessa terra para sua vida e o seu sustento. Porém, muitos dos que vivem hoje aqui não reconhecem as manifestações culturais e artísticas originárias de seus

antepassados, e por esse motivo deve-se levantar essas questões, principalmente nas salas de aulas, tendo em vista a importância que a escola tem enquanto produtora e incentivadora de arte e cultura.

De acordo com a 3ª Competência Geral da BNCC (2017, p. 09) os estudantes devem “valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.” O contato com arte e cultura favorece a sensibilidade, o senso estético e crítico, e a construção da identidade e o respeito à diversidade.

O Projeto Político Pedagógico sugere a elaboração de objetivos nos Planos Estratégicos Anuais das Unidades Educacionais, tais como: analisar se há inovação pedagógica nos processos que conduzem as manifestações culturais e suas implicações para os sujeitos; e se a escola articula os saberes e elementos culturais locais no processo de construção de uma educação. Assim como afirma o Parâmetro Curricular Nacional de Pluralidade Cultural (2001), a identidade cultural deve ser trabalhada de acordo com o seu tempo, conforme a realidade de cada sociedade, formando o cidadão que cada época pede. A sociedade atual respira diversidade, e a escola tem a necessidade de perceber isso nos seus estudantes e precisa estar conectada ao mundo atual, saber o que ele anseia e como proceder para formar educandos preparados para essa realidade a partir de suas próprias características.

A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim, como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados (MOREIRA & CANDAU, 2003, p. 22).

6. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IÇARA

A Constituição Brasileira de 1988, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, preconizam a Educação Infantil como assunto prioritário.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação no país e a sua finalidade é “o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em

seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aborda a concepção de criança, enquanto um ser que “observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos, assimila valores, que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social” (Brasil, 2017, p.36). Concomitante a essa questão, o Currículo Base do Território Catarinense enfatiza que a criança é compreendida como sujeito histórico, de direitos, reprodutor e produtor de cultura, cuja identidade pessoal e coletiva constitui-se pelas vivências no contexto social, por meio de experiências qualificadas no brincar, no fantasiar, no explorar, no questionar, construindo sentidos sobre a natureza e a sociedade (Brasil, 2009a).

A infância é um momento que requer atenção especial de muitos atores da sociedade, principalmente do setor público, para isso é preciso entender que a infância, segundo o Currículo Base do Território Catarinense, é compreendida como categoria social e histórica, de modo que sejam respeitadas e valorizadas as diversas formas de viver a infância, bem como de pensar, de conviver de sentir e de se expressar.

As tendências pedagógicas apontam para a rotina do cuidar e do educar no cotidiano das crianças, Na Rede Municipal de Ensino de Içara há uma preocupação nesta perspectiva, entendendo que o educar e o cuidar não podem ser dissociados. Nesse sentido, as Unidades Educacionais seguem com o princípio de “propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis” (RCNEI, 1998, p. 23).

A educação escolar, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade, no âmbito da Educação Infantil na modalidade creche e pré-escola, o desenvolvimento integral da criança de 04 meses até 5 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

As políticas educativas e as ações pedagógicas nas unidades educacionais de Educação Infantil serão norteadas pelos seguintes princípios: éticos, políticos e estéticos.



A Educação Infantil, nas Unidades Educacionais de Içara, atende crianças de 4 meses a 5 anos e 11 meses de idade, conforme:

Quadro 05 - Organização da Educação Infantil

Creche	Pré-escola
Berçário Berçário I Maternal I Maternal II Creche Unificada	Pré I Pré II Pré Escolar Unificado

Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

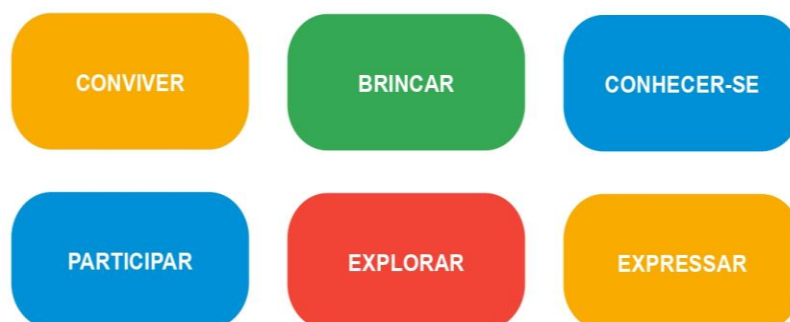
A BNCC organiza as crianças da Educação Infantil por faixas etárias que correspondem às possibilidades de aprendizagem conforme o desenvolvimento dos sujeitos. Bebês (zero a 1 ano e 6 meses); Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); e Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

6.1 DIREITOS DE APRENDIZAGEM

A BNCC reconhece a Educação Infantil como etapa essencial e estabelece seis direitos de aprendizagem para bebês e crianças de 0 a 5 anos. Importante ressaltar que dentro dos contextos históricos atuais, a criança torna-se detentora do direito, considerando-as “como atores sociais de pleno direito, e não como

menores ou como componentes acessórios ou meios da sociedade dos adultos” (PINTO e SARMENTO, 1997, p. 20).

Os direitos de aprendizagem na Educação Infantil proporcionam “as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los” (BRASIL, 2017). Os direitos de aprendizagem são:



6.2 OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

Os direitos de aprendizagem estruturam os campos de experiência, eles possibilitam a ampla interação nessa etapa e “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017). Os campos de experiência estão na figura abaixo:



Na Rede Municipal de Ensino de Içara, as práticas educativas oferecem um ambiente na qual as crianças se sentem acolhidas, onde há liberdade de expressão e os direitos garantidos. Outra prioridade na Educação Infantil é o incentivo ao brincar. O brincar proporciona à criança um comportamento além do seu comportamento natural, brincando a criança expande, como afirma Vygotsky:

[...] no brinquedo é como se ela fosse maior do que ela é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo ele mesmo uma grande fonte de desenvolvimento (VIGOTSKY, 2007, p.134).

A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia oportuniza diferentes práticas pedagógicas por meio da brincadeira, também incentiva a prática de mediação dos professores, no qual o ato de brincar é mediado de forma muito responsável e possibilitando amplas experiências para o desenvolvimento da criança.

De acordo com Jean Piaget (1973) o uso do jogo e das brincadeiras são elementos essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Nessa fase a criança aprende a reconhecer suas próprias características físicas, o que é fundamental para construção da identidade da criança. Piaget trata os jogos infantis como meio pelo qual as crianças começam a interagir consigo mesmas e com o mundo externo, e chega a afirmar que “tudo é jogo durante os primeiros meses de existência, à parte algumas exceções, apenas, como a nutrição ou certas emoções como medo e a cólera. É brincando que as crianças construirão habilidades, competências e múltiplas formas de se relacionar com o mundo.

É importante que tais práticas escolares estejam presentes desde o início do processo formativo. Para o fortalecimento das práticas, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia tem as seguintes finalidades para a Educação Infantil:

Figura 03 - Finalidades da Educação Infantil



Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

Os currículos da Educação Infantil alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEIs (2013) ampliam as possibilidades das crianças desde muito cedo a protagonizarem uma nova cultura para o respeito às diferenças por meio de brinquedos, imagens, narrativas e livros que auxiliam o desenvolvimento da valorização da cultura indígena, afro-brasileira e de outros grupos que constituem a multiplicidade étnica do país.

Na Educação Infantil uma outra demanda extremamente necessária está em torno dos espaços. Importante lembrar que Paulo Freire disserta sobre a pedagogicidade que existe na materialidade dos espaços (FREIRE, 2019). A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Içara evidencia tal referência e promove um direcionamento do uso e da ocupação de diferentes espaços, seja na sala de aula, pela escola e inclusive fora dela.

O ambiente é visto como algo que educa a criança; na verdade, ele é considerado o “terceiro educador” juntamente com a equipe de dois professores. A fim de agir como educador para a criança, o ambiente precisa ser flexível; deve passar por uma modificação frequente pelas crianças e pelos professores a fim de permanecer atualizado e sensível

às suas necessidades de serem protagonistas na construção de seu conhecimento. Tudo o que cerca as pessoas na escola e o que usam – os objetos, os materiais e as estruturas – não são vistos como elementos cognitivos passivos, mas, ao contrário, como elementos que condicionam e são condicionados pelas ações dos indivíduos que agem nela (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999, p. 157).

O professor da Educação Infantil planeja suas aulas em torno da realização de práticas que envolvam os espaços e a qualidade do ambiente, mediando o conhecimento, os modos de interagir, de dialogar com diferentes realidades e contextos que compõem o processo da formação humana.

7. ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

O Ensino Fundamental é a etapa mais longa da formação dos estudantes da Educação Básica. Os estudantes que iniciam essa etapa da formação básica precisam ter 6 anos (seis) anos de idade (completos até 31 março conforme Resolução nº 02/2018 do Conselho Nacional de Educação).

Durante o Ensino Fundamental as crianças passam por diferentes mudanças em relação aos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, sociais, afetivos entre outros, nesse sentido, nessa etapa a Rede Municipal de Ensino proporciona o desenvolvimento dos estudantes “por meio de uma construção contínua, isto é, ele não se encontra pronto e acabado nem no meio exterior nem no sujeito do conhecimento” (CORREA, 2016).

Na etapa do Ensino Fundamental a Rede Municipal de Ensino Içara compromete-se com a formação plena de forma integral de acordo com os seguintes objetivos de acordo com a LDB/ 1996 em seu artigo 32:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Neste sentido, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia busca manter o compromisso com toda comunidade escolar no cumprimento dos objetivos supracitados, garantindo as condições de acesso, permanência e conclusão escolar.

7.1 CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

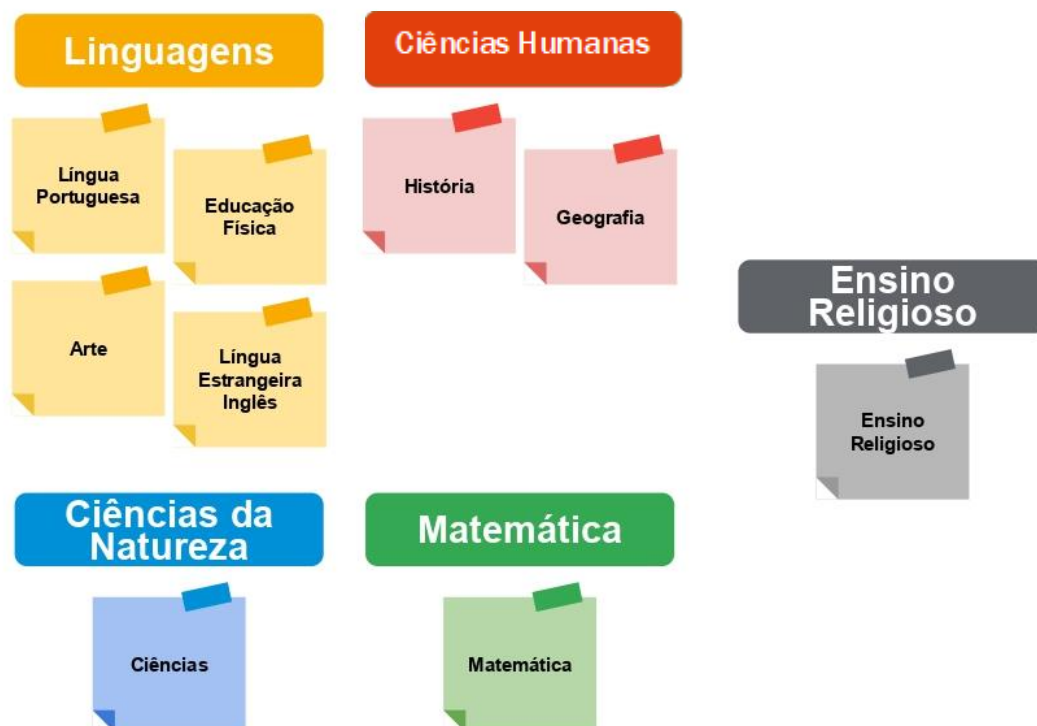
Desde 2017 com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Brasil passa a ter um documento orientativo cuja intenção é promover a igualdade na aprendizagem para todos os brasileiros. Esse documento orientativo pode ser definido como um “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017).

De acordo com a BNCC, as aprendizagens essenciais têm por base as 10 competências gerais, as competências específicas por área do conhecimento e as competências específicas por componente curricular, para o alcance das competências o planejamento escolar dar-se-á pelas habilidades.

As questões em torno do currículo proporcionam amplos debates, porém é importante ressaltar que há uma vivacidade em torno dele, que permite mudanças ao longo da história. Dentre as tantas definições, pode-se observar atentamente que a função do currículo é mediar a relação entre estudantes, professores e o conhecimento, proporcionando também as definições da escola, suas intencionalidades em relação à aprendizagem.

Na Rede Municipal de Ensino de Içara o currículo está organizado em 5 áreas do conhecimento ao longo dos 9 anos do Ensino Fundamental, são elas: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ensino Religioso. As áreas do conhecimento agrupam os diferentes conhecimentos acumulados na história e organizam os componentes curriculares conforme a figura abaixo:

Figura 04 - Componentes curriculares de acordo com a área do conhecimento



Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

7.2 ANOS INICIAIS

O Ensino Fundamental obrigatório inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, e tem por objetivo a formação básica do cidadão. Nesse primeiro momento, os estudantes devem beneficiar-se de um espaço educativo que direcione à alfabetização e ao letramento, ter contato com o conhecimento de outras áreas, poder se expressar e iniciar o contato com diferentes experiências. Rego (2002, p. 20) afirma que:

de acordo com o modelo histórico-cultural, os traços de cada ser humano estão intimamente relacionados ao aprendizado, à apropriação do legado do seu grupo cultural. O comportamento e a capacidade cognitiva de um determinado indivíduo dependerão de suas experiências, de sua história educativa, que, por sua vez, sempre terão relações com as características do grupo social e da época em que ele se insere. Assim, a singularidade de cada indivíduo não resulta de fatos isolados, mas da multiplicidade de influências que recaem sobre o sujeito no curso do seu desenvolvimento (REGO, 2002, p. 20).

Nesse sentido, ao concordar com o autor acima citado, é possível observar que a formação desses sujeitos depende dos múltiplos conhecimentos e experiências que o estudante recebe nesta fase da educação.

Ressalta-se que a Rede Municipal de Ensino de Içara empenha-se em possibilitar que, na primeira fase do Ensino Fundamental, a criança tenha acesso ao letramento, o contato com a alfabetização, os primeiros passos na Matemática, acesse o conhecimento do mundo cultural e natural, amplie a criatividade, inicie o seu repertório artístico, também há um compromisso com o direito ao brincar e com a ludicidade. As crianças devem se expressar através de atividades físicas, explorar os diferentes espaços, relacionar-se com outras crianças e desbravar os diferentes caminhos que o conhecimento pode proporcionar (CAMPOS, 2009).

Uma das questões de grande importância nos Anos Iniciais é o processo de transição entre a Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Nessa etapa, a criança precisa de muita atenção levando em consideração que muitas mudanças ocorrem, porém há uma preocupação com a garantia da “integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças” (BRASIL, 2017). É importante enfatizar que não acontece uma ruptura de uma etapa para outra, portanto deve haver um cuidado essencial na acolhida e no fortalecimento da criança nessa nova fase.

Destaca-se que na fase de transição, principalmente na chegada do 1º (primeiro) ano do Ensino Fundamental, as crianças precisam de um equilíbrio em relação às novidades e à continuidade do que foi vivido na etapa anterior. Dessa forma o professor tem o compromisso que sua prática seja mediadora para que “a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico” (BRASIL, 2017).

O reconhecimento da importância do brincar e as discussões no âmbito da Educação Infantil têm sido presentes também nos Anos Iniciais, no que se refere à adaptação das crianças no primeiro ano de escolaridade. A criança não deixa de ser criança só porque ingressou no Ensino Fundamental, faz-se necessário que a concepção de criança esteja clara para todos os envolvidos no processo de transição. Com essa preocupação, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia investiu na aquisição de parques infantis para as escolas de Ensino Fundamental, esclarecendo o quanto o brincar é necessário na vida da criança,

na construção de suas funções psicológicas superiores e no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil.

Como afirma Vygotsky (1988) o “brincar de faz de conta” é uma importante fonte de promoção da aprendizagem e desenvolvimento. Este momento possibilita a criança a atuar numa esfera cognitiva que depende de motivações internas. Utiliza materiais que podem representar uma realidade ausente, sendo capaz de imaginar, abstrair as características dos objetos reais, e se deter no resultado definido pela brincadeira.

[...] Chamamos atividade principal aquela em conexão com a qual ocorrem as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico da criança e dentro da qual se desenvolvem processos psíquicos que preparam o caminho da transição da criança para um novo e mais elevado nível de desenvolvimento (LEONTIEV, 1988, p. 122).

A ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização e o letramento nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Assim, nesse período a criança precisa ter diferentes oportunidades para a apropriação da escrita articulado com outras habilidades num envolvimento de diversas possibilidades de letramento. Para esse processo ser consolidado é importante entender:

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2004, p. 06).

Outra ação importante foi a instituição do Projeto “Içara Ensina Mais” na Lei nº 4.690. Com o objetivo de lidar com os impactos pós-pandêmicos na educação, uma vez que cresceu lacunas de aprendizagem devido a evasão do ensino híbrido e/ou remoto, fez-se necessária uma organização de recomposição de aprendizagem, principalmente no que tange à alfabetização, visando a reconquista da aprendizagem para os estudantes da Rede Municipal de Ensino que apresentem defasagem do fluxo escolar, através de aulas de reforço e recuperação dos estudos com atendimento individualizado e de qualidade.

O projeto é uma proposta político-educacional que possui um olhar diferenciado na rede, visa ofertar formações docentes, levantamento de dados e informações sobre a educação no município, além de acompanhamento e registro, tendo como objetivo oportunizar a aprendizagem dos educandos de acordo com suas necessidades, seu ritmo, consolidando e ampliando seus conhecimentos de

forma contínua, garantindo um nível similar de aprendizagem. Essa proposta baseia-se nos resultados estatísticos (Quadro Diagnóstico dos níveis de escrita, leitura e raciocínio lógico matemático) apresentados pelas Unidades Educacionais realizadas com os Anos Iniciais do município. Com base no resultado desse diagnóstico, analisou-se as implicações da recomposição de aprendizagem como estratégia de política permanente. A missão de quem trabalha em defesa da qualidade da educação é garantir que os estudantes tenham direito à aprendizagem adequada e assegurar a plena alfabetização.

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental deverão contemplar os Componentes Curriculares de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira – Inglês, Matemática, Ciências, Geografia, História e Ensino Religioso. A quantidade de aula está organizada de acordo com o quadro no anexo 03.

7. 2. 1 Língua Inglesa

A Lei nº 4.646, de 8 de novembro de 2021, regulamenta o ensino da Língua Inglesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O Componente Curricular constituir-se-á na oferta de 2 (duas) aulas semanais dentro do horário regular de aulas dos alunos, sendo cada aula de 45 minutos.

A organização dos conteúdos da Língua Inglesa do 1º ao 3º ano nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental serão programadas para a “iniciação da Língua Inglesa em situações sociais do cotidiano por meio de práticas de escuta, leitura e produção oral, com aprofundamento e oferta de novos desafios que exijam maior complexidade, na medida do desenvolvimento dos alunos” (IÇARA, 2021).

Para os 4º e 5º anos as propostas de aprendizagem serão voltadas para as práticas de escuta, leitura, produção oral e produção escrita. A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia compromete-se em proporcionar os recursos necessários para a implementação da Língua Inglesa no currículo.

7. 3 ANOS FINAIS

O Ensino Fundamental no Brasil passou por diversos processos de mudanças de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, atualmente é composto por 9 (nove) anos que abrange a população de 6 (seis) aos 14

(quatorze) anos. A carga horária mínima é de 800 (oitocentas) horas distribuídas em 200 (duzentos) dias letivos.

Os Anos Finais possibilitam a sequência e/ou aprofundamento do repertório curricular dos estudantes, dessa forma abarcam questões fundamentais como o fortalecimento da autonomia dos estudantes, a retomada, a ampliação e a ressignificação dos conhecimentos dos Anos Iniciais. Importante ressaltar que nos Anos Finais do Ensino Fundamental os estudantes passam por diferentes mudanças que variam entre físicas, emocionais, cognitivas, sociais entre outras por isso essa fase precisa ser trabalhada com muito respeito levando em consideração as múltiplas adolescências que vão se formando dentro das salas de aulas.

A adolescência é um momento de muitas descobertas, por isso é importante considerar esse indivíduo como um ser em transição, para isso se faz necessário entender a necessidade de demandas pedagógicas diferenciadas como é possível observar com os teóricos, coisas que antes pareciam neutras agora nessa fase ganham uma dimensão de conversão de momentos fundamentais proporcionando ao adolescente um novo mundo externo (Vygotsky, 1996, p. 24).

De acordo com Vygotsky, a fase da adolescência é onde o pensamento por conceitos proporcionará um maior significado na aprendizagem, ou seja, na qual acontece uma nova forma de atividade intelectual. Vygotsky (1996, p. 74) afirma que, “[...] com a função de formação de conceitos o adolescente adquire também o conteúdo totalmente novo por sua estrutura, pelo modo de sistematizar, pela amplitude e pela profundidade dos aspectos da realidade que reflete”. Importante frisar que o estímulo à reflexão, que oportuniza ao estudante uma atitude crítica em relação ao mundo à sua volta, também está presente nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

O protagonismo dos adolescentes é uma das preocupações da Rede Municipal de Ensino de Içara, pois diante das grandes modificações que o mundo passa é preciso que a escola fortaleça a identidade dos estudantes para enfrentar os grandes desafios do futuro.

Na Rede Municipal de Ensino de Içara, os Anos Finais do Ensino Fundamental correspondem aos 6º, 7º, 8º e 9º anos que estão organizados em componentes curriculares de acordo com a BNCC. Importante reforçar que os

conteúdos devem estar articulados “a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual” (BRASIL, 2010).

Os componentes curriculares presentes nos Anos Finais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Içara estão organizados conforme o quadro no anexo 04.

Além disso, assim como nos Anos Iniciais, o Projeto “Içara Ensina Mais” também privilegia apoio aos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental com aulas de reforço e recuperação de aprendizagens priorizando Língua Portuguesa e Matemática. Sendo uma ação pedagógica e um mecanismo que visa à melhoria da qualidade do ensino, e conseqüentemente a minimização dos fatores que concernem ao fracasso escolar. O reforço adquire um papel importante como plano estratégico que auxilia significativamente o processo ensino-aprendizagem.

8. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IÇARA

Alfabetizar jovens e adultos é uma preocupação antiga que não se limita a uma tarefa meramente escolar, está intimamente ligada a sonhos, expectativas, anseios de mudança da realidade.

O município de Içara oferece Educação de Jovens e Adultos (EJA) desde 1993 e a Lei Municipal nº 4.312, de 21 de dezembro de 2018, instituiu o CEJAI – Centro de Educação de Jovens e Adultos de Içara, unificando o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, por meio de convênio entre a Prefeitura Municipal de Içara e Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

A idade mínima para a matrícula e frequência em Cursos de Educação de Jovens e Adultos, do Ensino Fundamental, em conformidade com o disposto na Resolução CNE/CEB nº 03120/10 será de 15 (quinze) anos completos na data da matrícula. A Educação de Jovens e Adultos é ofertada em curso presencial organizado pelo CEJAI, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, que mantém o órgão responsável em sua estrutura.

Na Rede Municipal de Ensino de Içara há o compromisso em possibilitar a aprendizagem adequada aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos tendo como principais objetivos:

- I - desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a economia, a tecnologia, as artes, as culturas e os valores em que se fundamentam a sociedade;
- III - desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - fortalecer os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e o respeito recíproco em que se assenta a vida social;
- V - compreender e atuar de forma crítica, participativa e dialógica na realidade social (IÇARA, 2021, s/p).

O CEJAI desenvolve suas atividades nas dependências de uma Unidade Escolar da Rede Municipal ou em outros espaços designados pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e está regulamentado pela Lei Municipal nº 4.691, de 20 de dezembro de 2021.

A Rede Municipal de Ensino de Içara promove a matrícula e a certificação dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos em qualquer época do ano letivo e desde sua criação já passaram mais de 3.000 (três mil) estudantes, distribuídos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

8.1 ORGANIZAÇÃO E CURRÍCULO – EJA⁹

A função social da EJA é a formação de indivíduos críticos e criativos que possam exercer plenamente a cidadania, participando dos processos de transformação e construção da realidade, conscientes do seu papel social.

Para dar sustentação aos desafios da atualidade, a escola precisa oferecer um ensino que estabeleça conexão entre o que o estudante aprende e sua realidade; o ensino formal e o mundo do trabalho; o conhecimento e a vida prática.

Os conteúdos curriculares e a metodologia devem possibilitar as relações entre teoria e prática, através de situações próximas da realidade do estudante, permitindo que os conhecimentos adquiridos melhorem sua atuação na vida cotidiana.

As competências da educação básica dos estudantes da EJA devem estar

⁹As etapas do CEJAI estão organizadas conforme o anexo 05.

em conformidade com as dez competências gerais da BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

Contudo, a Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino de Içara compromissada com uma formação plena dos seus estudantes, enfatiza a valorização das diferenças e da diversidade cultural, religiosa, de gênero e de ideias, possibilitando o fortalecimento da pesquisa e práticas interdisciplinares, focando no desenvolvimento de competências e habilidades que permitam a qualificação e a inserção no mundo do trabalho.

9. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Rede Municipal de Ensino de Içara tem buscado garantir políticas públicas que ofereçam subsídios de orientação e apoio na área educacional. Para isso, o ensino tem seu alicerce fundamentado em bases legais, na concepção pedagógica da diversidade e da diferença como inerente ao ser humano, superando a lógica da homogeneidade e normalização.

Visa-se transformar a escola brasileira que, historicamente, dirigiu seu olhar na busca dos resultados, sob a ótica de um currículo oficial comum, homogêneo, disciplinar e conteudista.

Comprometidos com um ensino de qualidade, equidade e igualdade, a Rede Municipal de Ensino tem reestruturado o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que contribuam para a redução das barreiras visando a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. A Lei nº 4.461, de 18 de dezembro de 2019, institui a política municipal de Educação Especial.

Percebendo os diferentes funcionamentos no contexto escolar e a fim de estabelecer um sistema de inclusão que perceba as necessidades e potencialidades dos estudantes, o AEE tem a incumbência de se organizar para o ensino, prevendo e provendo as flexibilizações curriculares necessárias.

Para tanto, busca-se suprir condições de acesso no ensino regular aos estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD); garantindo a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular. A escola inclusiva é um espaço para que

todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde oportunidades, acessos educacionais e as características individuais sejam marcadas pela igualdade entre as pessoas. Acredita-se que:

[...] ao educar todos os alunos juntos “as pessoas com deficiências têm oportunidades de se preparar para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social” (STAINBACK, 1999, *apud* FERREIRA, 2015, p. 55).

A Educação Inclusiva no Município de Içara está pautada na legislação vigente da Educação Especial.¹⁰

De acordo com a Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009, das diretrizes operacionais do AEE na educação básica, o público-alvo da Educação Especial são:

I - Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II - Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

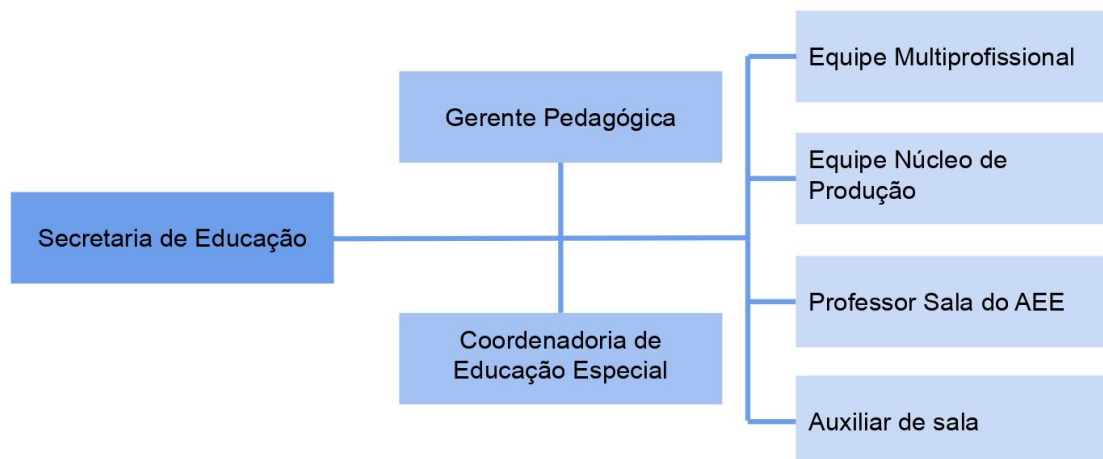
III - Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009).

Ressalta-se que nem sempre os estudantes que necessitam da Educação Especial apresentam um diagnóstico clínico compatível com as definições do público alvo. Para isso a Rede Municipal de Ensino de Içara compromissada com a garantia do direito das crianças considera a nota técnica Nº 04/2014/MEC/SECADI/DPEE, onde diz que professor do AEE pode elaborar o plano junto com professores, famílias e equipes da saúde (BRASIL, 2014).

¹⁰ Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Lei nº 4.461, de 18 de dezembro 2019 que “Institui a Política Municipal de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Içara”.

O organograma abaixo representa a estrutura da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Içara.

Organograma 02 - Estrutura da Educação Especial



Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

9.1 SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Na Rede Municipal de Ensino de Içara há escolas que contam com salas de Atendimento Educacional Especializado. Espaços esses que são suportes para os professores, tem por finalidade proporcionar mais equidade, tornando as escolas realmente inclusivas. Importante ressaltar que “[...] o princípio da inclusão exige uma radical transformação da escola, pois caberá a ela adaptar-se às condições dos estudantes, ao contrário do que acontece hoje” (DECHICHI, 2001 apud MIRANDA, 2008, p. 40).

Quando se recorre aos teóricos que fundamentam esse documento é possível observar que segundo Vygotsky (1989) "Todas as crianças podem aprender e se desenvolver. As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental".

As escolas que possuem Sala de AEE estão descritas no quadro no anexo 06.

9.2 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

De acordo com a Declaração de Salamanca “para crianças com necessidades educacionais especiais, uma rede contínua de apoio deve ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem” (UNESCO, 1994, p. 09). Nesse sentido, a Rede Municipal de Ensino de Içara, acompanhando os organismos internacionais de garantia do direito das crianças, conta com uma equipe multiprofissional de atendimento especializado, composta por: psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos (anexo 07).

Estes profissionais têm por objetivo auxiliar o processo de ensino aprendizagem, realizando o diagnóstico, o acompanhamento e a intervenção precoce dos estudantes que apresentem dificuldades e/ou transtornos de aprendizagem. Com a atuação precisa desta equipe multidisciplinar, desde o diagnóstico até a intervenção – e a participação da família em parceria com a escola – geram resultados e avanços significativos no que se refere à aprendizagem e ao desenvolvimento.

A Secretaria Municipal de Educação também estabelece parcerias com outras entidades como APAE, ABAA, UNESC entre outras, proporcionando atendimento neuropediátrico e outras especialidades, agilizando o acompanhamento adequado e a celeridade no diagnóstico dos estudantes.

9.3 NÚCLEO DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS

O Núcleo de Produção de Materiais Adaptados (anexo 08) conta com uma equipe de profissionais para atuar criando e adaptando materiais didáticos, paradidáticos e manipuláveis que garantam igualdade de oportunidades levando em conta diferenças étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas e sensoriais.

10. AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

A avaliação na Rede Municipal de Ensino de Içara segue a legislação municipal¹¹ em consonância com a legislação federal e estadual, podendo ser alterada se necessário, desde que discutida e aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

Entende-se por avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, tendo como função diagnosticar o conhecimento já apropriado pelo estudante e redimensionar a ação pedagógica, intervindo no processo para verificar os resultados da aprendizagem no decorrer do período letivo, considerando particularidades de cada etapa educativa.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem deve conter os seguintes princípios: a verificação do desempenho do estudante, quanto a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e competências; o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem; a inclusão, de modo a acolher as diferenças; a equidade na aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

10.1 DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação deve servir de instrumento para que as unidades de Centro de Educação Infantil, possam estabelecer suas prioridades para o trabalho educativo, identificando objetivos que necessitem de maior atenção, reconduzindo a prática, definindo as habilidades e competências e de quando e como avaliar, em consonância com os objetivos educativos estabelecidos.

A BNCC apresenta os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil em 5 (cinco) campos de experiência, cada um desses campos de experiência detalha os objetivos para cada faixa etária, sendo respectivamente, elas: para Bebês (zero a 1 ano e 6 meses), Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). O registro e o parecer descritivo das observações devem acompanhar a criança ao longo de sua trajetória na Educação Infantil, sendo entregue às famílias ao final

¹¹ Resolução nº 04/2021 retificada pelo Parecer 01/2022.

de cada semestre, o que lhes permitirá conhecerem o processo de desenvolvimento da criança.

A avaliação será feita ao longo dos dois semestres, nos diversos momentos, mediante observação sistemática da aprendizagem da criança e utilizando recursos múltiplos de registros como: desenhos, relatórios, fotografias, vídeos, podcasts, entre outros. A avaliação deverá ser um processo contínuo entendido como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas às crianças, para redimensionar sua prática e elaborar seu planejamento, propondo situações capazes de gerar novos avanços na aprendizagem.

A avaliação na Educação Infantil far-se-á mediante o acompanhamento e o registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

10.2 DA AVALIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A avaliação da aprendizagem constitui uma ferramenta pedagógica importante para o cotidiano das escolas de Ensino Fundamental. Pode-se perceber que, mesmo entre os docentes, há uma grande variedade de conceitos sobre o que seja uma avaliação. Segundo Luckesi,

[...] avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva; ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos; no entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação (LUCKESI, 2002, p. 32).

Sendo assim, o papel da avaliação é diagnosticar a situação da aprendizagem, tendo em vista subsidiar a tomada de decisão para a melhoria da qualidade do desempenho do estudante, ajudando no redimensionamento da prática pedagógica.

As Unidades Educacionais do município de Içara têm autonomia para escolher o instrumento avaliativo de acordo com o presente Projeto Político

Pedagógico. O professor deverá registrar no diário de classe eletrônico, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos e seus resultados, bem como a frequência dos estudantes.

De acordo com a Resolução de Avaliação vigente, a avaliação no 1º ano do Ensino Fundamental deve ser expressa por objetivos de aprendizagem, seguidos de conceitos avaliativos, considerando: as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular; o planejamento trimestral do professor, para cada componente curricular (de acordo com o diagnóstico da turma); os conceitos que indicam o desenvolvimento do estudante nos componentes curriculares; e múltiplas formas de aprendizagem dos estudantes – cabendo aos professores adotarem metodologias diferenciadas que lhes proporcionem maior desenvolvimento das habilidades e os levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens.

A avaliação do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental deve considerar também as habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular, proporcionando os estudos de recuperação para os estudantes que não atingirem a média determinada na Resolução de Avaliação, e os objetivos de aprendizagem conforme o planejamento dos componentes curriculares de cada trimestre.

É preciso que o docente compreenda as diversas formas de avaliar os estudantes, pois o processo avaliativo, não se dá apenas classificando e quantificando, pelo contrário, é necessário que o professor perceba que cada indivíduo aprende a cada instante de sua vida escolar, sendo assim este momento também precisa ser visto como um instrumento de avaliação.

Para Zabala (1998, p. 220), “[...] A melhor forma de realizar tal processo é conhecer e poder avaliar as ações pedagógicas do dia a dia em sala de modo que as ações avaliadoras atendam ao mesmo tempo os processos individuais e coletivos.”

10.3 DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A avaliação é um processo complexo e dinâmico que envolve decisões na produção do conhecimento, no desenvolvimento de atitudes e habilidades. Quando se projeta as discussões relacionadas ao ato de avaliar na Educação Especial em uma proposta inclusiva, os desafios tornam-se mais amplos. Avaliar

no contexto político, ético e educativo da escola inclusiva requer, de todas as pessoas envolvidas, um trabalho voltado para as adaptações curriculares, uma vez que não são os sujeitos que devem se moldar ao currículo, e sim, as intervenções curriculares se moldarem às necessidades dos estudantes.

No entanto, a avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência tem-se caracterizado como um processo complexo devido às especificidades de suas necessidades e de seu desenvolvimento, muitas vezes bastante diferenciado (OLIVEIRA; CAMPOS, 2005, p. 55).

Ao direcionar os olhares para o processo avaliativo há muitas chances de rever metodologias e adequá-las às necessidades dos sujeitos em situação de ensino.

O processo de avaliação é contínuo e visa sempre o aprendizado do estudante. O Plano Estratégico Anual de cada Unidade Educacional deve prever as particularidades no processo de construção do saber dos estudantes com deficiência. Para tanto, os professores devem adaptar suas atividades e avaliações, conforme a necessidade do estudante, de acordo com a Resolução de Avaliação.

10.4 DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O EJA é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país, ela é destinada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada.

Como nas modalidades anteriores, a avaliação deste ensino deve ser dinâmica, criativa e individualizada. Juntamente com o estudante, o professor deve analisar os resultados dessas atividades, para pontuar aquilo que precisa ser aperfeiçoado na prática pedagógica. Assim como nas demais modalidades de ensino, a avaliação de Jovens e Adultos cumpre-se na Resolução de Avaliação vigente.

10.5 DA AVALIAÇÃO INTERNA MUNICIPAL

A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, visando a qualidade permanente do ensino, realiza avaliações do desempenho escolar nos anos do Ensino Fundamental (1º ao 9º). Com o objetivo de obter diagnóstico mais

próximo da realidade municipal e primar pela qualidade, tais avaliações também são ferramentas que oportunizam a reflexão sobre o desenvolvimento dos estudantes nos Componentes Curriculares, permitindo intervenções pedagógicas nos processos de ensino, quando necessárias, e a definição de temas para formação continuada dos docentes.

10.6 DA AVALIAÇÃO EXTERNA

A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia também participa de avaliações em larga escala realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sob coordenação do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Assim como a avaliação interna, esta macro avaliação tem por objetivo avaliar o desempenho da Educação Nacional, Estadual, Municipal e por Unidade de Ensino. É importante referenciar que as metodologias de aplicação de tais atividades seguirão as normativas nacionais, sob a competência da Coordenadoria Regional de Educação (CRE).

11. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

11.1 GESTÃO ESCOLAR

A gestão é uma atividade que mobiliza meios e procedimentos para atingir as propostas da instituição envolvendo aspectos técnicos, administrativos e gerenciais (OLIVEIRA; MENEZES, 2018). Assim, para poder ampliar a ideia de gestão nas unidades educacionais é necessário um “caráter intencional de suas ações e as interações sociais que estabelecem entre si e com o contexto sócio-político, nas formas democráticas de tomada de decisões” (LIBÂNEO, 2007, p. 324).

Segundo o Regimento Único/2022, a gestão escolar rege o processo de funcionamento das Unidades Educacionais, compreendendo a tomada de decisão conjunta no planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar. De acordo com Oliveira e Menezes (2018, p.

880) “o princípio da gestão democrática inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos”.

A LDB, Lei nº 9.394/1996, em seu art. 3º, VIII, estabelece que a gestão democrática deve nortear a educação pública brasileira. É importante ressaltar que a gestão democrática entrelaça diretamente com a ideia de participação, como menciona Ugarte (2004, p. 95), “[...] em um regime verdadeiramente democrático o direito de participação encontra-se estendido, sem qualquer tipo de discriminação, ao maior número possível de membros adultos da comunidade”.

Conforme a Lei n.º 13.005, de 25 de julho de 2014, nas possibilidades de democratização da gestão das escolas públicas, considerando as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE (2014 - 2024), no seu art. 2º, inciso VI, prevê a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e reafirma na meta 19:

assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (BRASIL, 2014, s/p).

Para possibilitar um regime democrático o gestor das unidades educacionais é responsável pela coordenação do trabalho coletivo na construção do Plano Estratégico Anual da escola, a partir das deliberações e encaminhamentos do PPP, e de acordo com as diretrizes da política educacional da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

11.2 GRÊMIO ESTUDANTIL

O Grêmio Estudantil é uma organização sem fins lucrativos formada unicamente por estudantes e tem como objetivo defender interesses da comunidade estudantil. Ele permite que os estudantes discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ações, tanto no próprio ambiente escolar quanto na comunidade. A participação no Grêmio, além de unir os estudantes, envolvendo-os na promoção de manifestações culturais, sociais, desportivas, políticas e educacionais, inserindo o jovem na vida social, também oportuniza que ele desenvolva a autonomia e o espírito de liderança.

“O Grêmio é importante, pois sua principal função é democratizar a escola, ou seja, torná-la acessível e agradável a todos. Por meio dele, os estudantes ganham voz e conseguem expor suas ideias e opiniões dentro da administração da instituição de ensino” (ZIRALDO, 2014).

Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, a educação deve ocorrer na comunidade escolar em interação com a comunidade local e uma das ações programáticas é incentivar a organização estudantil por meio de grêmios, associações, observatórios, grupos de trabalhos, entre outros, como forma de aprendizagem dos princípios dos direitos humanos, da ética, da convivência e da participação democrática na escola e na sociedade.

A estratégia 4 da meta 19 do Plano Nacional de Educação tem foco no estudante e nos seus responsáveis para exprimir o ideal de escola que desejam, sendo assim necessário a criação e/ou fortalecimento por meio dos grêmios estudantis e na constituição de associações de pais, sempre em consonância com os conselhos escolares no planejamento, na execução, no acompanhamento e na fiscalização das ações educacionais.

19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações (PNE, 2014, s/p).

O Regimento Único de 2022 apresenta orientações para o Grêmio Estudantil nas unidades educacionais do município de Içara, sendo este, uma entidade autônoma, livre e soberana, representativa dos interesses dos educandos regidos por regulamento próprio.

11.3 CONSELHO ESCOLAR

As Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Içara dispõem de Conselhos Escolares, constituídos pela direção da escola e representantes da comunidade escolar. Estende-se por comunidade escolar o conjunto de estudantes, pais e responsáveis por alunos, membros do magistério e demais servidores públicos em efetivo exercício na unidade escolar. Trata-se de um centro permanente de debate, de articulação entre os vários setores da escola, tendo em

vista o atendimento das necessidades comuns, a solução de conflitos que possam interferir no funcionamento e nos processos administrativos e pedagógicos com o fortalecimento democrático nos espaços educativos.

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares objetiva:

[...] deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação (MEC, 2014, s/p).

Os Conselhos Escolares, resguardados os princípios constitucionais e as normas legais, terão funções consultiva, normativa, fiscal e avaliadora nas questões pedagógicas, garantindo o acompanhamento da aprendizagem de todos os estudantes, auxiliando nos casos que interferem diretamente nesse processo, como baixa frequência escolar, indisciplina e abandono da escola.

O responsável em estabelecer as normas e procedimentos para implantação dos Conselhos Escolares na Rede Pública Municipal de Ensino de Içara é o Conselho Municipal de Educação. O acompanhamento e supervisão dos Conselhos Escolares ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia.

11.4 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES (APP)

A Associação de Pais e Professores (APP) é uma instituição auxiliar da escola com a finalidade de colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência escolar e na integração família - escola - comunidade. É uma entidade com objetivos sociais e educativos, sem caráter político, racial ou religioso, sem fins econômicos e se propõe a cooperar na solução de problemas inerentes à vida escolar, dentro da harmonia que deve orientar a convivência entre pais, responsáveis legais, professores e estudantes, cooperando desde a conservação do prédio à equipamentos escolares, auxiliando à direção da unidade educacional a obter meios de aprimorar as condições de trabalho e de ensino, dentro de suas atribuições legais e possibilidades.

Em escolas que recebem verbas via PDDE, as APPs devem ser entidades jurídicas de direito privado registradas em cartório, ter um estatuto que estabelece

normas e dispõe a prestação de contas, além de definir um planejamento para a aplicabilidade destas verbas que são fiscalizadas por meio do seu respectivo Conselho Fiscal. Os membros da diretoria são eleitos em assembleias gerais por meio de voto para mandatos de dois anos.

Atualmente, das 45 unidades escolares (CEIS, escolas e CEJAI) de Içara, 31 já possuem APP e 3 estão em processo de implantação. As demais unidades (CEIs) não possuem APPs, porém recebem os recursos dos programas do FNDE por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, que é responsável por executar e distribuir para as unidades com menos de 50 alunos, pois de acordo com a Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021, do FNDE, estas unidades não tem obrigação de possuir UEx própria.

A APP tem como objetivo trabalhar em conjunto com a direção escolar e como função organizar a sua atuação a partir dos interesses e expectativas da comunidade escolar, traçando um “Plano de Atividades” como norteador de seu trabalho. Assim, integrando família - escola - comunidade, a APP contribui para a qualidade de ensino.

O Art.14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) garante a gestão democrática do ensino público por meio da “participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” e da “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. Além disso, a APP também está prevista na estratégia 19.4 do atual Plano Nacional de Educação (PNE), que trata do fortalecimento dessas entidades, assim como dos grêmios estudantis.

11.5 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Constituição de 1988 autoriza aos municípios a condição e possibilidade de organizar sistemas próprios de ensino, trazendo um novo componente a esta realidade, que precisa dialogar então com novas possibilidades organizativas da educação brasileira, nas formas de pensar e fazer a educação nos municípios. Dentro desta prerrogativa foram criados os Conselhos Municipais de Educação (CME). Os Conselhos Municipais de Educação são instituições amparadas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

nº 9394/96 e no Plano Nacional de Educação – PNE (como estratégia da Meta 19), estimulando a constituição e o fortalecimento de Conselhos Escolares e Conselhos Municipais de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

A criação de um CME deve resultar da vontade da sociedade e do poder executivo, debatendo, com a comunidade e as lideranças do município, o perfil que será criado e/ou reestruturado, definindo sua composição, funções e atribuições a partir da mobilização da sociedade pela educação. O Conselho Municipal de Educação compõe-se de representantes da gestão municipal, da comunidade escolar e da sociedade civil em geral. O órgão deve contar com membros da: Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, docentes, diretores e representantes de instituições do município de Içara. Há a possibilidade também da participação de entidades religiosas, organizações não-governamentais, fundações e instituições de capital privado.

O Conselho também deve contar com infraestrutura que possibilite as reuniões periódicas, materiais e equipamentos. Para que possa iniciar suas atividades, o Conselho recruta e capacita uma equipe administrativa, com apoio da Secretaria Municipal de Educação.

Os Conselhos funcionam como mediadores e articuladores da relação entre a sociedade e os gestores da Educação Municipal. Destacam-se as funções prioritárias do órgão:

- Normatizar: elaborar as regras que adaptem para o município as determinações das leis federais e/ou estaduais e que as complementam, quando necessário.
- Deliberar: autorizar ou não o funcionamento das escolas públicas municipais e da rede privada de ensino. Legalizar cursos e deliberar sobre o currículo da Rede Municipal de Ensino.
- Assessorar: responder aos questionamentos e dúvidas do poder público e da sociedade. As respostas do órgão são consolidadas por meio de pareceres.
- Fiscalizar: acompanhar a execução das políticas públicas e monitorar os resultados educacionais do sistema municipal.

Destacam-se também as seguintes funções:

- Consultiva – assume o caráter de assessoramento, respondendo a consultas sobre alvará, credenciamento e leis educacionais e suas aplicações, submetidas a ele por entidades da sociedade pública ou civil, cidadão ou grupo de cidadãos.
- Propositiva – sugere políticas de educação, sistemas de avaliação institucional, medidas para melhoria de fluxo e de rendimento escolar e propor cursos de capacitação para professores.
- Mobilizadora – estimula a sociedade no acompanhamento dos serviços educacionais; informa sobre as questões educacionais do município; tornando-se um espaço de reunião de esforços do executivo e da comunidade para melhoria da educação.

12. PROJETOS E PROGRAMAS MUNICIPAIS

O desenvolvimento de projetos e programas no processo pedagógico possibilita desenvolver temáticas inter e transdisciplinares, que em alguns casos não seriam abordadas pelo material didático convencional. São inserções que contribuem para a formação integral do cidadão, de contextos da vida real e que gerem aprendizagens conceituais, procedimentais e atitudinais.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Içara apresenta seus principais programas (contínuos) e projetos (focais), internos (desenvolvidos e operacionalizados pela própria secretaria) e/ou externos (desenvolvidos por outras secretarias ou instituições em parceria).

12.1 PROGRAMAS INTERNOS

- Programa de Educação Alimentar e Nutricional – programa desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, nas escolas públicas municipais.
- Concurso Municipal de Produções da Olimpíada de Língua Portuguesa – concurso organizado pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia – SMECT, para escolas públicas do território içarense.

- Programa Saúde na Escola – programa realizado pela Secretaria Municipal de Saúde e Ministério da Saúde, enfocando diversas temáticas como saúde bucal, acompanhamento no desenvolvimento físico e motor, entre outras.
- Programa Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPTI) – programa ofertado pela Secretaria de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda e pela Justiça do Trabalho, com o objetivo de afastar a criança do trabalho, assegurando-lhe meios de acesso ao lazer, ao aprendizado de qualidade e à infância plena e feliz.
- Programa de Educação para o Trânsito e Cidadania – programa ofertado pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, com o objetivo de humanizar as relações no trânsito, entre pedestres, ciclistas e motoristas.
- Semana Municipal de Valorização da Família – programa desenvolvido em parceria com a Secretaria de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda, instituído pela Lei Municipal nº 4.329, de 27 de dezembro de 2018, para valorizar a instituição familiar.
- Semana Municipal de Conscientização Sobre Autismo – programa desenvolvido em parceria com a Associação Beneficente de Apoio ao Autista (ABAA) e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Içara, instituído pela Lei Municipal nº 4.705, de 06 de janeiro de 2022, com o objetivo de promover campanhas publicitárias, institucionais, seminários, palestras e cursos sobre o transtorno do espectro autista.

12.2 PROGRAMAS EXTERNOS

- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD desenvolvido pela Polícia Militar de Santa Catarina, atuando no combate ao uso de entorpecentes e na cultura da paz destinado aos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental.
- Programa Apoio de Combate à Evasão Escolar – programa do Ministério Público para redução do afastamento ou abandono de alunos das atividades escolares.
- Programa Busca Ativa – estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica que propõe a participação de representantes

de diferentes áreas, com o objetivo de apoiar na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas e a gestão das informações sobre cada situação identificada.

- Programa Defesa Civil nas Escolas – programa realizado pela Defesa Civil de Santa Catarina, visando promover ações que ampliem a resiliência nas comunidades, nos estudantes, na população frente a ocorrência de eventos adversos.
- Concurso Canguru de Matemática – prêmio internacional de Matemática desenvolvido pela Associação Canguru sem Fronteiras, para escolas públicas e privadas.
- Olimpíada Brasileira de Matemática – Olimpíada realizada pela Associação Olimpíada Brasileira de Matemática e conta com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática, para escolas públicas e privadas.
- Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – Olimpíada realizada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada, para escolas públicas (principalmente).
- Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – Olimpíada organizada pela Sociedade Astronômica Brasileira em parceria com a Agência Espacial Brasileira, para escolas públicas e privadas.
- Olimpíada de Língua Portuguesa – Olimpíada desenvolvida pelo programa “Escrevendo o Futuro”, tendo a iniciativa da Fundação Itaú Social, com coordenação técnica do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), que contribui para a melhoria do ensino, da leitura e escrita nas escolas públicas de todo o país.
- Olimpíada Nacional de Ciências – é organizada pela Universidade Federal do Piauí e realizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e constitui um programa da Associação Brasileira de Química, Departamento de História da Unicamp, Instituto Butantã, Sociedade Astronômica Brasileira e Sociedade Brasileira de Física, destinada para escolas públicas e privadas.
- Prêmio ACIC de Matemática – concurso promovido pela Associação Empresarial de Criciúma, em parceria com a Gerência Regional de

Educação do Estado de Santa Catarina, envolvendo alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas e particulares do sul catarinense.

- Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente – concurso educativo e bienal promovido pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, envolvendo alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas.
- Concurso Internacional do Cartaz sobre a Paz – concurso promovido pelo Lions International para crianças e adolescentes de 11 a 13 anos de idade, de escolas ou grupos organizados de jovens.
- Projeto Golfinho – programa do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) que visa formar as crianças para a prevenção de acidentes em ambientes aquáticos.

12.3 PROJETOS

- Içara Ensina Mais – projeto da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia com o objetivo de desenvolver ações pedagógicas de enfrentamento dos percalços de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática.
- Jogos Escolares de Içara – as Unidades Educacionais da rede municipal, estadual e particular do município de Içara participam de competições voltadas ao esporte. Esse projeto se tornou uma tradição no município de Içara e visa fomentar as práticas esportivas entre crianças e adolescentes.
- Festival Literário – festival organizado pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia com apoio da Fundação Cultural de Içara, com o intuito de fomentar a literatura, através de apresentações artístico-culturais e ações de intervenção urbana, étnico, sócio e cultural.
- Arte Provoca Arte – projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, enfocando experiências significativas em distintos temas na área das artes, com o objetivo de mostrar os trabalhos realizados em sala de aula, durante o ano letivo, os professores de Arte da Rede Municipal de Ensino de Içara reúnem-se e organizam uma exposição

de forma didática e apropriada para os alunos que são participantes espectadores e produtores das manifestações artísticas.

- Semana da Pátria e Desfile Cívico – evento estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia em parceria com a Prefeitura Municipal de Içara, enfatizando o simbolismo nacional.
- Semana de Conscientização do Autismo – evento que tem como finalidade promover campanhas publicitárias, institucionais, seminários, palestras e cursos sobre o transtorno do espectro autista. A semana foi instituída pela Lei n.º 4.705/2022.
- Projeto de Educação Ambiental – projeto desenvolvido pela Fundação Municipal de Meio Ambiente de Içara, objetivando ofertar palestras, materiais e ações educativas voltadas à conservação do meio ambiente, qualidade de vida e sua sustentabilidade.
- Projeto “Paz como se Faz” – projeto baseado no Manifesto 2.000 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o objetivo de semear a cultura da paz nas escolas.
- Projeto Fanfarras na Escola – projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia que atende estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, como participantes ativos entre instrumentistas, líder de comando e porta-bandeiras. Indiretamente o projeto contempla toda a comunidade escolar com apresentações e desfiles das fanfarras.
- Projeto de Xadrez na Escola – projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, ofertado de forma gratuita, com iniciação em 6 unidades educacionais do município que possuem Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.
- Projeto Etnia na Escola – projeto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia objetivando a importância da preservação das manifestações e agentes culturais e sociais relacionados com a vivência dos colonizadores, referente à conservação do patrimônio imaterial do município. Participam do projeto estudantes matriculados em escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Içara que demonstram interesse em aprender sobre a cultura dos povos colonizadores.

- Projeto Contação de História – projeto desenvolvido em parceria com a Fundação Cultural objetivando integrar os estudantes de modo lúdico e cativante ao universo da leitura e da literatura. As apresentações de contação de história são direcionadas ao público escolar, crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Além disso, outros projetos são desenvolvidos nas unidades educacionais conforme necessidade, oportunizando diversas temáticas (saúde, cultura da paz, tecnologia, diversidade étnico-racial, meio ambiente, família, direitos humanos, cultura, educação financeira, entre outros) que permeiam o processo de ensino e aprendizagem.

13. FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE

13.1 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O acompanhamento pedagógico é um processo de gestão que visa alicerçar o trabalho docente nas Unidades Educacionais, por intermédio dos Coordenadores de Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, juntamente com os Assistentes Técnicos Pedagógicos.

Essa gestão é realizada pela Gerência Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, via Coordenações: de Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, Atendimento Educacional Especializado, Educação de Jovens e Adultos, Educação Física e Arte.

Dentre as atividades da equipe de coordenadores da Secretaria estão: formação de assistentes técnicos pedagógicos, professores, auxiliares de sala de aula e demais profissionais da educação; acompanhamento de planejamentos e registros no sistema i-Diário; acompanhamento de encaminhamentos docentes junto às coordenações escolares; acompanhamento de projetos, programas e/ou eventos das unidades educacionais.

Os coordenadores da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia estão em constante comunicação com as Unidades Educacionais,

sendo que frequentemente realizam-se reuniões/formações presenciais ou on-line.

13.2 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS

Essa gestão é realizada em cada unidade educacional, podendo ser executada por: Assistente Técnico Pedagógico, Auxiliar de Direção ou Diretor Escolar.

Dentre as atribuições dessa função estão o acompanhamento dos planejamentos dos professores (planos de ensino e planos de aula) e do registro no sistema i-Diário (planejamentos, chamadas e avaliações); utilização de materiais e espaços; avaliações (revisão e cópias); transposição didática; formação dos professores; acompanhamento de encaminhamentos docentes junto às turmas; acompanhamento de projetos, programas e/ou eventos. Nesse sentido, são realizadas as supervisões e orientações das questões pedagógicas com a equipe docente.

O Assistente Técnico Pedagógico, Auxiliar de Direção ou Diretor Escolar realizam reuniões/formações com sua equipe, além de encontros pré-determinados como: início do ano letivo, Conselho de Classe, reunião de planejamento trimestral/semestral.

13.3 FORMAÇÃO CONTINUADA

Entendemos como formação continuada um processo dinâmico de aprendizagem que, por intermédio de socializações (palestras, cursos, trocas de experiências) e conhecimentos (conceituais, procedimentais e atitudinais), permite que os profissionais da educação busquem a excelência em suas atividades pedagógicas e/ou administrativas.

Garante-se formação continuada anual que registre certificação mínima de horas de aperfeiçoamento, organizada pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia em duas frentes de trabalho: as formações gerais e as específicas.

13.3.1 Formações Gerais

As formações gerais são destinadas a todos os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino – incluindo gestores, assistentes técnicos pedagógicos, professores, colaboradores, técnicos administrativos, monitores de informática e auxiliares de sala de aula.

Nessa frente, os temas abordados possuem relevância para toda a comunidade escolar, geralmente: diretrizes sobre o ano letivo (semana de formação em fevereiro), documentos norteadores da educação brasileira (como a Base Nacional Comum Curricular, Sistema de Avaliação da Educação Básica), orientações do material didático utilizado pela rede, temas centrais pertinentes à educação (planejamentos, avaliação, transposição didática), entre outros.

13.3.2 Formações Específicas

As formações específicas são destinadas aos distintos segmentos da comunidade escolar, de acordo com a função do servidor e/ou com o nível de ensino (etapa/faixa etária/ano).

Formações por Função: são formações que envolvem particularidades da atividade exercida pelo servidor, indiferente do nível de ensino que atua. Aqui, destaca-se as formações que priorizam as habilidades e competências de cada cargo, reforçando que a engrenagem escolar depende de todas as atuações para sua missão. Neste item, vale ressaltar a Formação de Gestores que ocorrem quinzenalmente, tratando de assuntos administrativos, legislações, sistemas, assim como questões pedagógicas.

Formações por Nível de Ensino: são formações que evidenciam as especificidades da Educação Infantil (Bebês, Crianças Bem Pequenas e Crianças Pequenas), Ensino Fundamental Anos Iniciais (Professores de 1º ao 5º Ano, CEJAI), Ensino Fundamental Anos Finais (Professores Especialistas de 6º ao 9º Ano, CEJAI).

13.3.3 Formação de Gestores

Com o propósito de ampliar os conhecimentos dos gestores sobre as políticas públicas, as formações para gestores abrangem processos e práticas de gestão voltados para assegurar a melhoria dos resultados de desempenho das unidades educacionais, tais como:

- Definir os padrões de desempenho de qualidade, com os segmentos que atuam nas unidades, promovendo ações para que sejam atingidos.
- Orientar na definição de prioridades e no estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo.
- Criar momentos de troca de experiências entre os gestores com foco no relacionamento pessoal dentro da unidade.
- Desenvolver visão estratégica no encaminhamento das problemáticas escolares.

13.3.4 Formação para Auxiliares de Serviços Gerais

Estão incluídos como Auxiliares de Serviços Gerais os profissionais de limpeza e as merendeiras. O Auxiliar de Serviços Gerais tem como tarefa prestar ajuda imediata em diversas funções da escola, desde a conservação dos espaços ao preparo da merenda escolar. As Formações para esse grupo buscam qualificar o melhor desempenho no exercício deste serviço.

As formações oferecem treinamentos sobre prevenção de acidentes de trabalho, hábitos adequados de saúde relacionados ao trabalho e à vida cotidiana, as boas práticas de manipulação de alimentos, segurança pessoal e patrimonial, proporcionando atualização constante a partir das novas tecnologias, mais particularmente, de nível profissional.

13.3.5 Formação para Motoristas e Monitores de Transporte Escolar

Os motoristas e monitores de Transporte Escolar também recebem formação específica. Por meio de encontros semestrais com a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, os motoristas e os monitores

avaliam o serviço, discutem a importância de manter a segurança do transporte escolar e atualizam orientações sobre planejamento e legislação.

13.3.6 Formação Tecnológica Informação – Curso de Rede de Computadores

A Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia também oportuniza aos Monitores de Sistema de Informática conhecimentos teóricos e práticos através de formações, com o objetivo de auxiliar na integração das tecnologias educacionais à prática pedagógica. A formação continuada desses profissionais é indispensável para que os laboratórios de informática sejam efetivamente utilizados e para que se promova a inclusão digital da comunidade escolar.

Durante o ano de 2021 foi oportunizado aos Monitores de Sistema de Informática conhecimentos teóricos e práticos para montagem, manutenção e reparo de redes de computadores. Com metodologia desenvolvida pela modalidade de ensino presencial e, os cursistas foram considerados aprovados em 75% das atividades e realizaram todas as tarefas propostas, recebendo Certificados com carga horária de 72 horas.

A Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia oferta formações para todas as categorias relevantes à educação, sempre que houver a necessidade de atualização, continuidade e garantia de maior qualidade no ensino, carreira profissional e melhores condições de trabalho.

14. FONTES DE RECURSOS E PROGRAMAS FEDERAIS

14.1 NOVO FUNDEB

A Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A Emenda Constitucional nº 108/2020, normatiza e norteia gestores públicos de todo o país quanto à aplicação dos recursos públicos por meio do Fundeb, sua estrutura, governança e metas.

É um fundo especial, a maior fonte de recursos da Educação destinados/distribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica

Pública. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de estudantes da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior (Cartilha Novo Fundeb, 2020).

14.2 SALÁRIO EDUCAÇÃO

O Salário Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988. Os recursos do Salário Educação são repartidos em cotas, sendo os destinatários: a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios (PORTAL FNDE, 2022).

14.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, atende estudantes de toda a rede pública da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta de refeições e de ações de educação alimentar e nutricional.

O Programa é regido pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e Resoluções do FNDE. Tais legislações possibilitam: a expansão do atendimento de alimentação escolar a todos os alunos da educação básica brasileira; o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional de forma transversal no Plano Estratégico Anual das Unidades Educacionais; e a participação de agricultores familiares como fornecedores de alimentos para as escolas (medida que promove a inclusão de alimentos produzidos perto das escolas, estimulando circuitos curtos de comercialização e o desenvolvimento local e sustentável das comunidades).

O PNAE tem caráter suplementar à educação, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, e é executado por meio de repasses

financeiros aos entes federados (estados, DF e municípios) em 10 parcelas anuais, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

14.4 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), criado pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, garante o repasse automático, em caráter suplementar, de recursos para custear despesas com manutenção de veículos ou de serviços terceirizados destinados ao transporte escolar nas redes de ensino público estadual e municipal.

Além disso, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia possui convênio anual com a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Mobilidade no transporte dos estudantes içarenses de Ensino Superior a outros municípios.

14.5 PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é uma estratégia de assistência técnica e financeira iniciada pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que consiste no desenvolvimento de ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares e, conseqüentemente, para o aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de suas redes públicas de ensino.

De acordo com a Lei nº 12.695/2012, o **PAR** é estruturado em quatro **dimensões**: gestão educacional; formação de profissionais de educação; práticas pedagógicas e avaliação; e infraestrutura física e recursos pedagógicos. Como instrumento de gestão educacional, o PAR é um planejamento plurianual que estados, municípios e o Distrito Federal fazem para alavancarem suas redes de ensino, além de possibilitar o recebimento de recursos federais para melhorias no seu sistema educacional.

A elaboração do PAR e todo o acompanhamento do seu trâmite são feitos pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação.

14.6 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD)

O PNLD é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estadual, municipal e distrital, e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

A execução do PNLD é realizada de forma alternada, atendendo os segmentos: Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A compra e distribuição dos materiais e livros didáticos é de responsabilidade do FNDE. O PNLD também teve seu escopo ampliado com a possibilidade de inclusão de outros materiais de apoio à prática educativa para além das obras didáticas e literárias: obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros.

14.7 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais, do Distrito Federal e às escolas privadas de Educação Especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Os recursos do PDDE Básico são transferidos de acordo com o número de estudantes, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse, independentemente da celebração de convênio a sua execução deve atender ao disposto na Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021.

Já no caso de suas ações integradas, PDDE Estrutura e PDDE Qualidade, os repasses acontecem de acordo com a necessidade específica de cada escola, possuindo finalidades, objetivos e públicos-alvo específicos, descritos em suas próprias resoluções e são repassados somente às Unidades Executoras – UEx,

que por sua vez, devem seguir estritamente às suas orientações a fim de garantir a correta aplicação dos recursos.

Na Rede Municipal de Ensino de Içara, o PDDE Qualidade contempla atualmente o Programa de Inovação Educação Conectada, cujo objetivo é apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. Nessa mesma conta, nos anos de 2020 e 2021, o município também recebeu em caráter de emergência, o PDDE Emergencial, que teve como principal objetivo auxiliar na adequação das estruturas e aquisição de materiais necessários para manter o protocolo de segurança, com vista ao retorno das aulas presenciais.

Já a Ação Integrada PDDE Estrutura, proporcionou a Içara o recebimento de recursos provenientes do Programa Sala de Recursos Multifuncionais e Escola Acessível, que tem o objetivo promover a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns do ensino regular. Essa ação contemplou também algumas escolas localizadas em área rural, por meio do Programa Escola do Campo, destinando recursos financeiros específicos para adequação e benfeitorias na infraestrutura física voltadas à melhoria da qualidade do ensino.

14.8 PDDE INTERATIVO

O PDDE Interativo é uma plataforma dinâmica desenvolvida pelo Ministério da Educação, de natureza autoinstrucional e interativa, que propõe uma comunicação mais direta e transparente entre a escola e o MEC/FNDE, possibilitando ao gestor uma visão mais ampla e direta de todas as áreas, onde as equipes escolares podem identificar seus principais problemas e traçar estratégias para resolvê-los.

Além das informações da gestão e dados cadastrais das unidades educacionais, gestores e grupos de trabalho preenchem o diagnóstico, campo que propõe uma análise sobre os resultados, matrículas, taxas de rendimento, indicadores de avaliações, distorção série-idade, aproveitamento escolar, planejamento, práticas pedagógicas, infraestrutura e dados da comunidade escolar.

Também é no PDDE Interativo que se formalizam as adesões e planejamentos referentes à vários programas, como o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, Programa Sala de Recursos Multifuncionais, Programa de Inovação Educação Conectada, entre outros, que são propostos pelo Governo Federal, quando identificada a necessidade.

Quadro 06 - Dimensões e temas do PDDE

Eixos	Dimensões	Temas
Resultados	Dimensão 1 - Indicadores e Taxas	IDEB
		Taxas de Rendimento
		Prova Brasil
	Dimensão 2 - Distorção e Aproveitamento	Matrícula
		Distorção Idade-Série
		Aproveitamento Escolar
Intervenção Direta	Dimensão 3 - Ensino e Aprendizagem	Planejamento Pedagógico
		Tempo de Aprendizagem
	Dimensão 4 - Gestão	Direção
		Processos
		Finanças
Intervenção Indireta	Dimensão 5 - Comunidade Escolar	Estudantes
		Docentes
		Demais Profissionais
		Pais e Comunidade
		Conselho Escolar
	Dimensão 6 - Infraestrutura	Instalações
		Equipamentos

Fonte: Manual do PDDE Interativo, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico elaborado pela Comissão representativa (Assistentes Técnicos Pedagógicos, Gestores, Professores e Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia) designada na Portaria nº GP/1300/21, de 1º de julho de 2021¹², ao longo de dois semestres com encontros presenciais e online, a partir de agora, passa a ser referencial que orienta as ações educativas de toda a comunidade escolar, pois estes são os agentes sociais de transformação.

O documento traz contribuições para potencializar as competências e habilidades desejadas e necessárias aos estudantes da Rede Municipal de Ensino, comprometida com a melhoria da qualidade da educação içarense no presente e a transformação da sociedade no futuro.

O principal compromisso de cada uma das Unidades Educacionais é fazer acontecer na prática, a partir do seu **“Plano Estratégico Anual”**, o que propõe o Projeto Político Pedagógico, na busca de oferecer uma formação integral aos estudantes, transformando-os em protagonistas do seu saber. Este documento tem como alicerces complementares o **“Regimento Único”** e a **“Resolução de Avaliação”** da Rede Municipal de Ensino de Içara.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico deve se constituir em conhecimento vivo e ativo, pois, traduz o pensamento coletivo da comunidade escolar e, ao mesmo tempo, norteia o que idealizamos como gestão e docência, assegurando a educação com equidade, ética, amor e ações alicerçadas na sustentabilidade para transformar vidas.

¹² Portaria nº GP/1300/21, de 1º de julho de 2021, designa servidores elencados para compor a comissão responsável pela elaboração do documento inicial do Projeto Político Pedagógico sob a assessoria técnica do Senac (anexo 9).

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar**. São Paulo Cortez, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Cartilha Novo Fundeb, 2020**. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/CartilhaNovoFundeb2021.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

BRASIL. **Constituição Federal, de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jan. 1988. p. 1, anexo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm. Acesso em: 27 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de março de 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 10 de março de 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 de junho de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm. Acesso em: 27 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 de maio de 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.796-2013&OpenDocument. Acesso em: 27 de março de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 21 de março de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 20 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018.** Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13663-14-maio-2018-786678-publicacaooriginal155555-pl.html>. Acesso em: 23 de março de 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14>.

113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151. Acesso em: 10 de março de 2022.

BRASIL. **Manual do PDE Interativo Versão Junho/ 2012**. Disponível em http://pdeescola.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdeinterativo_manual_junho2012.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação Especial. **Nota Técnica nº 04, de 23 de janeiro de 2014**. Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar. Brasília: MEC/SECADI/DPEE, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 de maio de 2022.

BRASIL. **Portaria nº 458, de 5 de maio de 2020**. Institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. Brasil: Presidência da República, 2020. Disponível em <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-458-de-5-de-maio-de2020-25537834>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

Brasil. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva05122014&Itemid=30192. Acesso em: 20 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Gestão da educação escolar. Brasília: UnB/ CEAD, 2004.

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 15 de junho de 2010**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Canoas, 2010. Disponível em:

<http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/resolucao032010cne.pdf>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 21 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

BRASIL. **Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/14211-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-15,-de-16-de-setembro-de-2021>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Maria Malta. **Crêterios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças** / Maria Malta Campos e Fúlvica Rosemberg. – 6ª edição. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CORRÊA, C. R. G. L. **A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas**. Psicologia Escolar e Educacional [online]. 2017, v. 21, n. 3, pp. 379-386. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702131117>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**, 1998. 2ª edição, São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DOURADO, Luiz F. et al. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília: MEC/SEB, 2004.

ECO, Umberto. BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. S. Paulo. Perspectiva, 1991.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. (Org.) **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERREIRA, Cláudia. **Transtornos da aprendizagem**: Da teoria à prática. 3ª edição. Belo Horizonte. Uni Duni editora de livros LTDA, 2015.

FERRACIOLI, L. **Aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento na obra de Jean Piaget: uma análise do processo de ensino-aprendizagem em Ciências**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não – Cartas a quem ousa ensinar**. 2ª. edição. São Paulo: Olho D'água, 1993.

GADOTTI, Moacir. **A escola dos meus sonhos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 2ª. edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

IÇARA. **Lei Municipal Complementar nº 3/99**. Autoriza a dar nova redação à Lei Complementar 001/96, que institui o estatuto dos servidores públicos municipais de Içara. Içara. Câmara Municipal, 1999]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/icara/lei-complementar/1999/0/3/lei-complementar-n-3-1999>. Acesso em: 12 de março de 2022.

IÇARA. **Lei Municipal nº 1048/94, de 17 de junho de 1994**. Institui o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências. Içara. Câmara Municipal, 1994. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/icara/lei-ordinaria/1994/104/1048/lei-ordinaria-n-1048-1994>. Vários acessos.

IÇARA. **Lei Municipal nº 1522, de 27 de dezembro de 1999**. Autoriza, dispor sobre o plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério do município de Içara, revogando as Leis nº 643/87 e 1236/96, e dá outras providências. Içara. Câmara Municipal, 1999. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/icara/lei-ordinaria/1999/152/1522/lei-ordinaria-n-1522-1999>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

IÇARA. **Lei Municipal nº 1758, de 15 de março de 2002**. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação, e dá outras providências. Içara. Câmara Municipal, 2002. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/icara/lei-ordinaria/2002/175/1758/>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

IÇARA. **Lei Municipal nº 3.494, de 22 de outubro de 2014.** Cria e extingue cargos, atualiza e consolida o plano de cargos e funções do serviço público municipal de Içara e dá outras providências. Içara. Câmara Municipal, [2014]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/icara/lei-ordinaria/2014/349/3494/lei-ordinaria-n-3494-2014>. Acesso em: 13 de março de 2022.

IÇARA. **Lei Municipal nº 4.461, de 18 de dezembro de 2019.** Institui a política municipal de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Içara, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/i/icara/lei-ordinaria/2019/447/4461/lei-ordinaria-n-4461-2019>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

IÇARA. **Lei Municipal nº 4.646, de 8 de novembro de 2021.** Dispõe sobre a implantação do Componente Curricular de Língua Inglesa nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas da rede municipal de ensino e dá outras providências. Câmara Municipal, 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/icara/lei-ordinaria/2021/465/4646/lei-ordinaria-n-4646-2021>. Acesso em: 20 de março de 2022.

IÇARA. **Lei Municipal nº 4.691, de 20 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre as diretrizes gerais e operacionais para a educação de jovens e adultos, e estabelece normas organizacionais e operacionais para a oferta e funcionamento de núcleos e/ou turmas descentralizadas. Câmara Municipal, 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/icara/lei-ordinaria/2021/470/4691/lei-ordinaria-n-4691-2021>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

KLEIN, A. M.; D'ÁGUA, S. L. **A Educação em Direitos Humanos nos Projetos.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 277-292, jan./mar. 2015. Editora UFPR.

LEONTIEV, Alexis. N. **Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar.** In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 2ª. edição. São Paulo: Ícone, 1988.

LEWIS CARROLL. **Alice no país das maravilhas.** Adaptação de Ruy Castro. Ilustrações de Laura Beatriz. SP: Cia das Letrinhas, 1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2007.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico.** Cadernos de História da Educação, n.7, p.29, jan/dez. 2008.

MOLON, S.I. **A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vygotsky.** São Paulo, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

MORAES, Maria Cândida; TORRE, Saturnino de la. **Sentipensar: fundamentos e estratégias para reencantar a educação.** Petrópolis: Vozes, 2004.

MOREIRA, A. F. B. CANDAU, V. M. **Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos,** 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. **Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar.** Cadernos de Pesquisa. v.48 n.169 p.876-900 jul. / set. 2018.

PAVEI, Maria de Fátima. **Além dos trilhos do trem: 1961-2021: 60 anos de emancipação política de Içara.** Içara, SC: Ed. do autor, 2021.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora/Unesco, 1973.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus, 1994 (1932).

PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança,** referência na obra: **O juízo moral na criança.** São Paulo: Mestre Jou, 1977.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel & SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **As Crianças: contextos e identidades.** Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997, p. 9-29.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsk: uma perspectiva histórico-cultural da educação.** 12ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

REGO, Teresa C. Configurações sociais e singularidades: O impacto da escola na constituição dos sujeitos. In: OLIVEIRA, M. K. de; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea.** São Paulo: Moderna, 2002.

SANTILLANA, Fundação. **Educação em movimento: o direito universal, as transformações e possibilidades durante e após a pandemia [livro eletrônico] /** organização Alessio Costa Lima, Luiz Miguel Martins Garcia. São Paulo, 2021.

SEBRAE/SC. **Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina – Içara.** Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/l/C3%A7ara%2pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

SILVA, Uelber B. **Racismo e Alienação: uma aproximação à base ontológica da temática racial**. 1ª edição. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SOARES, Magda Becker. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação. n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

TEIXEIRA, Lúcia Helena G. **Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2004, v. 34, n. 123. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/zMkbr6WtMdPf86zyXBKCFMK>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

UGARTE, P. S. **Que Participação para qual democracia**. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. (Org.). Participação e deliberação. São Paulo: Editora 34, 2004.

VEIGA, Ilma Passos (org.) **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível**. 2ª edição. São Paulo, Papirus, 1996.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1988.

VYGOTSKY, L.S. **Concrete human psychology**. Soviet Psychology. 1989, XXII, v. 2, p. 53 - 77.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1995b.

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

WALLON, Henri. **As Origens do Pensamento na Criança**. São Paulo: Manole, 1989.

ZABALA, A. **A avaliação**. In: **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMéd, 1998. Cap. 8, p. 195 - 200.

ZIRALDO, Alves Pinto. **Cartilha TRIIM! A hora do grêmio é essa!** União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, São Paulo, 2014.

WEBGRAFIA

<https://joacaramez.com.br/sobre-o-deputado/>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

ANEXOS

Dados de 2022, a distribuição de matrículas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA, AEE e atendimentos educacionais diversos estão distribuídas de acordo com o quadro abaixo:

Anexo 01 - Matrículas dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Içara

	Etapa	Número de Estudantes	Total
Educação Infantil	Creche (0 a 3 anos)	848	2.498
	Pré-escola	1.650	
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	2.356	4.076
	Anos Finais	1.622	
	EJA	98	
Atendimentos diversos	AEE	77	(Já estão contabilizados)
	Atividades complementares	897	
Total de estudantes matriculados na Rede			6.574

Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

Anexo 02 - Quadro das atribuições dos profissionais de educação

Auxiliar de Sala
Atividades de nível médio que abrange: participar das ações desenvolvidas pelo professor; manter-se integrado com o corpo discente e docente; participar das reuniões pedagógicas e de grupos de estudos; seguir orientação da supervisão escolar; prestar auxílio ao aluno no processo ensino aprendizagem, adaptando e orientando as atividades pedagógicas do educando com dificuldade de aprendizagem e necessidades especiais; interessar-se e entender o PPP (Projeto Político Pedagógico), incluindo os projetos desenvolvidos na unidade educacional; participar das formações propostas pelo departamento de educação; zelar pela guarda dos materiais e equipamento de trabalho; participar do processo de integração da unidade educativa, família e comunidade; conhecer o processo de desenvolvimento do estudante, mantendo se atualizado, através de leituras, encontros pedagógicos,

<p>formação continuada, seminários e outros eventos; comunicar ao professor e ou/diretor situações que requeiram atenção especial; realizar outras atividades correlatas com a função.</p>
<p>Agente de Serviços Gerais em Unidades Educacionais</p>
<p>Atividades de nível básico, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos braçais, serviços de zeladoria, copa, limpeza, cozinha, incluindo o preparo de lanches e da merenda escolar.</p>
<p>Assistente Técnico Pedagógico</p>
<p>Atividades de nível superior, de natureza técnico-pedagógica, de grande complexidade. Compete ao profissional participar: da elaboração de projetos que serão desenvolvidos na escola; da construção do Projeto Político Pedagógico e Plano Estratégico; do planejamento curricular; dos conselhos de classe; das reuniões pedagógicas e grupo de estudos; acompanhando e avaliando a ação educativa no âmbito escolar. Coordenar a escolha dos líderes das turmas (alunos) e regentes (professores); bem como auxiliar no atendimento e encaminhamento dos estudantes que necessitam de outros profissionais, tais como fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo.</p>
<p>Auxiliar de Biblioteca</p>
<p>Atividades de nível médio, que consiste na organização da biblioteca e atendimento aos usuários, controle dos fichários e localização de livros e publicações, arquivos de materiais de imprensa e legislação oficial e projetos de leitura.</p>
<p>Monitor de Atividades Educacionais/Auxiliar de Sala</p>
<p>Atividades de nível médio, abrangendo ações relativas à docência, acompanhando as atividades do professor.</p>
<p>Monitor de Sistemas de Informática</p>
<p>Atividades de nível superior, de grande complexidade, envolvendo o monitoramento de estudantes na operacionalização de programas de computação, associados aos projetos pedagógicos, para atuar em laboratórios de informática e bibliotecas virtuais.</p>
<p>Professor</p>
<p>Atividades de nível médio, superior ou pós graduado, de natureza técnico-pedagógica, de grande complexidade dado ao envolvimento com os aspectos comportamentais do educando, abrangendo planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem e cooperação com os serviços de administração escolar no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.</p>
<p>Secretário Escolar</p>
<p>Atividades que envolvem a organização de agenda de compromissos, organizar, anotações, cartas, circulares, tabelas, gráficos e outros documentos: recepcionar pessoas, distribuir e coordenar todos os serviços que venham a facilitar a ação da chefia e demais serviços administrativos existentes na unidade educacional.</p>

Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

Anexo 03 - Distribuição de aulas dos Anos Iniciais de acordo com os componentes

BASE COMUM	COMPONENTE CURRICULAR	QUANTIDADE DE AULAS ANOS INICIAIS - 1º AO 5º ANO <small>(CADA AULA TERÁ A DURAÇÃO DE 45 MINUTOS)</small>
	Língua Portuguesa	6 aulas
	Matemática	5 aulas
	Ciências Naturais	2 aulas
	História	2 aulas
	Geografia	2 aulas
	Ensino Religioso	1 aula
	Arte	2 aulas
	Educação Física	3 aulas
	PARTE DIVERSIFICADA	Língua Inglesa

Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

Anexo 04 - Distribuição de aulas dos Anos Finais de acordo com os componentes

BASE COMUM	COMPONENTE CURRICULAR	QUANTIDADE DE AULAS ANOS INICIAIS - 6º AO 9º ANO <small>(CADA AULA TERÁ A DURAÇÃO DE 45 MINUTOS)</small>
	Língua Portuguesa	4 aulas
	Matemática	4 aulas
	Ciências Naturais	3 aulas
	História	3 aulas
	Geografia	3 aulas
	Ensino Religioso	1 aula
	Arte	2 aulas
	Educação Física	3 aulas
	PARTE DIVERSIFICADA	Língua Inglesa

Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

Anexo 05 - Organização das etapas do CEJAI

Etapa	Período	Tempo
1ª Etapa	1º do Ensino Fundamental I	1 ano
2ª Etapa	2º do Ensino Fundamental I	1 ano
3ª Etapa	3º do Ensino Fundamental I	1 ano
4ª Etapa	4º do Ensino Fundamental I	1 semestre
5ª Etapa	5º do Ensino Fundamental I	1 semestre
6ª Etapa	6º do Ensino Fundamental II	1 semestre
7ª Etapa	7º do Ensino Fundamental II	1 semestre
8ª Etapa	8º do Ensino Fundamental II	1 semestre
9ª Etapa	9º do Ensino Fundamental II	1 semestre

Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

Anexo 06 - Descrição das equipes atuantes nos AEE por Unidade Educacional

Unidade Escolar	Formação	Situação Funcional	Carga Horária
EMEF Quintino Rizzieri	Pedagogia	Efetivo	40 horas
EMEF Paulo Rizzieri	Pedagogia	Contratado	40 horas
EMEF Maria Arlete Bittencourt Lodetti (12)	Pedagogia	Contratado	40 horas
EMEF Lúcia De Lucca	Pedagogia	Efetivo	40 horas
EMEF tranquilo Pissetti	Pedagogia	Contratado	40 horas

Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

Anexo 07 - Composição da equipe multiprofissional

Profissional	Quantidade de Profissionais	Carga Horária
Psicólogo	01 efetivo	20 horas
Psicólogo	01 contratado	20 horas
Fonoaudiólogo	02 efetivos	40 horas
Psicopedagogo	02 contratados	20 horas

Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

Anexo 08 - Equipe do núcleo de produção de materiais

Formação	Carga Horária	Situação Funcional
Pedagogia e Matemática	40 horas	Contratado
Pedagogia	40 horas	Efetivo
Pedagogia	40 horas	Efetivo
Geografia	40 horas	Contratado

Fonte: Elaborado pelos Autores, (2022).

Anexo 09 - Portaria nº GP/1300/21, de 1º de julho de 2021**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA**SECRETARIA DA FAZENDA
Diretoria de Gestão de Recursos

PORTARIA Nº GP/1300/21, DE 1.º DE JULHO DE 2021.

DALVANIA CARDOSO, Prefeita Municipal de Içara, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VI do artigo 73 combinado com o art. 98, II, ambos da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo elencados para comporem o a Comissão Responsável pela Elaboração do Documento inicial do PPP - Projeto Político Pedagógico sob a supervisão/assessoria técnica do SENAC:

Equipe da Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia:

- I – Ana Satie Takayama
- II - Ednilson José Prudêncio
- III - Elenice Alvim de Oliveira
- IV - Isabel Patrícia Oliveira de Souza Martins
- V - Isac Recco do Nascimento
- VI - Ismael Dagostin Gomes
- VII - Jairo de Bittencourt
- VIII - Maria Helena Costa Santos Réus
- IX - Marli de Faveri
- X - Paulo Cesar Crecencio
- XI - Patrícia do Nascimento Vicente
- XII - Pedra Silvano
- XIII - Regina da Silva de Oliveira
- XIV - Rose Margareth Reynaud Mayr
- XV - Timothy Pereira

Representantes das Unidades Escolares:

- I - Ana Paula Nazario Mariotto
- II - Daiani Fogaça Luiz Domingos
- III - Édina da Silva de Freitas
- IV - Fabiana do Amaral
- V - Jucelma Cardoso Cipriano
- VI - Keli Cristina Camilo Floriano
- VII - Lidiane Alves da Silva
- VIII - Marileia Raichaski
- IX - Priscila Luciano Fernandes
- X - Rosiris Pavei
- XI - Silvana Zaccaron dos Santos
- XII - Tania Tomé Furlanetto
- XIII - Wanielle Rosso da Silva de Britto

Representantes dos Centros de Educação Infantil:

- I - Adriana Fraga



PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA
SECRETARIA DA FAZENDA
Diretoria de Gestão de Recursos

- II - Altina Maria Tournier Warmling
- III - Beatrice Ozelame Izidoro
- IV - Bruna Mioteli Casagrande
- V - Cleunice da Silva Ferreira
- VI - Demerva Haidée Dias Moreira
- VII - Dulcilene Raicik Mayer Martins
- VIII - Eliete Pessoa
- IX - Karina Fernandes Savaris
- X - Marcia Pacheco Cechinel
- XI - Mariane Gomes Monteiro
- XII - Marivalda de Souza Brigido
- XIII - Talita da Rosa Joaquim

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Ângelo Lodetti, 1.º de julho de 2021.


DALVÂNIA CARDOSO
Prefeita Municipal

Registrada a presente portaria na Secretaria da Fazenda em 1.º de julho de 2021.


ELISÂNGELA ZANOLLI VIEIRA MANARIM
Diretoria de Gestão de Recursos



**ENDEREÇO: PRAÇA PRESIDENTE JOÃO GOULART,
120 - CENTRO, IÇARA - SC, 88820-000**

